



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 494 - 15 A 29 DE MARÇO DE 2015 - R\$ 3,00

**Dia 13 de março, manifestação do PT
e CUT em defesa do governo Dilma
Dia 15, manifestação do PSDB e
Força Sindical contra o governo Dilma**
**Em defesa das reivindicações
dos explorados e de sua
independência de classe**

**Governo petista e oposição burguesa
estão unidos na aplicação das medidas
antioperárias contra as massas.
A defesa das reivindicações se choca
contra o governo e contra a direita.**

**Por um Tribunal Popular,
que investigue e puna
os crimes da burguesia!**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Responder à crise política com o programa, estratégia e método de luta da classe operária

O governo do PT e a Oposição capitaneada pelo PSDB procuram arrastar as massas atrás da disputa interburguesa. As eleições presidenciais foram o sinal de que no Brasil a turbulência econômica impulsionaria a crise política. Crise essa que não se originou no governo de Dilma Rousseff. O escândalo do Mensalão marcou o governo de Lula. A bandeira de impeachment chegou a ser aventada pelo DEM. O PSDB, no momento, considerou extemporânea. De fato, a oposição burguesa não tinha força para mover uma ação desse tipo contra um governo respaldado por poderosos setores da burguesia e apoiado pela população. Lula obteve um segundo mandato triunfante. A situação econômica o permitiu.

O que diferencia a situação de Dilma é que não consegue unificar a burguesia em torno de sua política econômica. Está aí a base da divisão interburguesa que se expressa na forma de crise política. De um lado, Dilma não consegue arregimentar amplo apoio para concretizar as medidas liberais de seu ministro Joaquim Levy, apesar de todos terem saudado como uma escolha necessária. De outro, a prisão dos chefes das empreiteiras e a lista dos parlamentares apresentada pelo Ministério Público abalam os partidos e as instituições do Estado. Está aí a junção de fatores que desestabilizam a governabilidade.

As primeiras medidas do ministro da Fazenda compareceram como uma provocação aos trabalhadores e um acinte a setores da indústria. As MPs 664-665 afrontam os direitos mais elementares dos assalariados. A revogação de subsídios à indústria automobilística e a alteração na desoneração da folha de pagamentos, que favorecia inúmeros setores, provocaram descontentamentos em uma poderosa fração capitalista. A inflação está refletindo conflito distributivo. A elevação da taxa Selic favorece os banqueiros e especuladores. As dívidas interna e externa se agravam. A rápida desvalorização do Real complica a situação monetária. A brutal queda no valor das ações e nos negócios da Bolsa de Valores é o termômetro que mostra um recuo dos aplicadores nos setores produtivos. O cus-

to de vida passa a ser uma sobrecarga para as massas. O desemprego voltou a ocupar o primeiro lugar nas preocupações das famílias operárias.

A crise da Petrobrás, por sua vez, se potencia nesse quadro adverso. Trata-se de uma imponente empresa, que influencia as cadeias produtivas. A prisão de altos executivos das poderosas empreiteiras retrata a gravidade do rombo provocado nas contas da Petrobrás. A investigação identificou o PT, PMDB e PP como os principais agentes da falcatura. Mas, o PSDB como grande receptor de fundos eleitorais não poderia escapar às malhas das empreiteiras. No entanto, quem está pagando por toda a ladroagem é o PT e seu governo, sem dúvida profundamente atolado no lamaçal. Mais uma vez, o PSDB se esconde por trás da venalidade do PT. Está claro que a Petrobrás começou a ser saqueada no governo de Fernando Henrique Cardoso. O próprio PMDB, apesar de seus inúmeros implicados, se juntou ao PSDB em torno da tese de que no governo do PT a corrupção passou a ser “sistemática e institucional”.

O PSDB tem sido ocultado pelo vulto do morto Sérgio Guerra, apontado como um dos cabeças da arrecadação de fundos. O PSB também tem seu escudo – o morto Eduardo Campos. A má sorte ficou com o PMDB, cujos presidentes do Senado e da Câmara Federal foram delatados como aproveitadores no achaque à Petrobrás. A turma de Renan Calheiros, de Eduardo Cunha e Sarney entrou em cólera porque achava que Dilma deveria tê-los protegido. A confusão é tão grande que a CPI mista tem servido apenas de palco de acusações entre governo e oposições. Nada se apura.

A questão está em saber quem de fato arcará com o prejuízo político. A resposta parece indicar o PT. A bandeira de impeachment, os panelaços e as vaias orquestradas são lançadas contra Dilma e o PT. A imprensa amplia os ecos dos rumores. O governo não consegue colocar-se na ofensiva. A CUT, MST e outros movimentos são obrigados a saírem em defesa de seu governo. Dizem que estão desgostosos com as medidas de Levy. Correm a dar as mãos aos empresários descontentes com a perda

de subsídios e vantagens fiscais. Fazem de conta que seus atos não são para apoiar o governo. E fazem de conta que lutam contra as MPs 664-665. O PT conseguiu montar uma burocracia sindical fraudulenta. As massas estão sendo atacadas pela alta do custo de vida e pelas demissões e os burocratas dizem que hora de defender a “reforma política”. Está aí por que as manifestações do MST e os atos do dia 13 não se voltaram contra os exploradores e o governo.

O PSDB se viu na contingência de explicar que a bandeira do impeachment não está na sua “agenda”. Depois disso, o PMDB mostrou a sua inviabilidade. O ministro do STF, o reacionário Gilmar Mendes, decidiu explicar que não havia motivo para o impeachment. Estão convencidos que é quase impossível obter dois terços do Congresso para destituir a presidente. Mas o fundamental está em que apenas uma parcela da classe média alta tem servido de caixa de ressonância para essa bandeira. A estratégia do PSDB é a de manter o governo contra parede até o final de seu mandato e criar as condições para removê-lo nas próximas eleições. Lula continua sendo um político reconhecido pela burguesia e capaz de empolgar os explorados.

O governo e o PT se agarraram à bandeira do impeachment. A acusação de golpismo é um bom argumento para colocar a oposição na defensiva. As manifestações mostraram que essa manobra é uma boa cobertura para a burocracia desviar o caminho da luta para bandeiras burguesas como a da “reforma política” e contra o “retrocesso”. Entrou nesse rol a tal da defesa da Petrobrás. Não faltaram esquerdistas que se acham bons estrategistas para convocar o ato como se fosse um instrumento de combate ao golpe de direita. Colocaram-se, assim, sob a tutela do PT, da burocracia cutista e do governo antipopular de Dilma.

Na situação de crise econômica e política, ressalta a importância de a classe operária não estar organizada no campo da independência de classe. De forma que o oportunismo se movimenta livremente no sentido de manter os explorados su-

Manifestação governista em São Paulo

bordinados a uma das variantes de governo burguês. Com o fim da ditadura militar, a democratização permitiu o surgimento do caudilho Lula e do PT como parte da política de sustentação do capitalismo. Constituiu-se como um poderoso obstáculo à emancipação da classe operária da política e da ideologia da classe dominante. Ou melhor, um poderoso obstáculo à construção do partido revolucionário. Agora, os petistas estão no fim da carreira. Puderam mostrar plenamente sua incapacidade de governar à margem dos poderosos partidos da burguesia e das quadrilhas que controlam o Estado.

Nossa tarefa consiste em manter firme a luta pela construção do partido e pela independência política da classe operária. A estratégia da revolução proletária e constituição de um governo operário e camponês determinam a política de independência de classe. Combatemos o governo do PT com o programa da revolução social. Chamamos os operários, camponeses e a juventude oprimida a se unirem em um só movimento em defesa dos salários, dos empregos, dos direitos trabalhistas e das condições de existência. Seja qual for o governo burguês – do PT ou do PSDB – essa é a luta. Qualquer desvio desse caminho resulta em traição aos explorados. Chamamos a constituir uma frente única de mobilização nacional contra as Medidas Provisórias e a todo ataque dos capitalistas à vida dos trabalhadores. Chamamos a pôr em pé uma oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma, antinacional e antipopular. Chamamos a constituir um Tribunal Popular para apurar e punir os crimes da burguesia e de seus partidos. Chamamos os explorados a confiarem em suas próprias forças, em suas reivindicações e em seus métodos de luta.

Diante das convocatórias dos atos de 13 e 15 de março, pró-Dilma e contra a presidente, respectivamente, o POR defendeu a posição da independência de classe, alertando as massas a não serem arrastadas pela disputa interburguesa.

Aconteceram no dia 13 de março manifestações em quase todas as capitais do país, convocadas pela CUT, UNE e MST. O chamado foi feito em torno da defesa da Petrobrás, contra a retirada de direitos, pela democracia, entre outras bandeiras. Tratou-se de uma resposta da burocracia petista ao ato, marcado para o dia 15, em favor do impeachment de Dilma. As burocracias sindicais governistas tiveram de levar suas bases às ruas para fazer frente à campanha direitista contra o governo.

A maior das passeatas se deu na cidade de São Paulo, com mais de 40 mil presentes (estimativa do Datafolha). O conteúdo foi dado pelas faixas, cartazes, panfletos e pelas intervenções. O representante da CTB (central manietada pelo PCdoB), ao se referir à corrupção na Petrobrás, falou em “fragilidade administrativa”, um eufemismo para ocultar o caráter político do desvio de dinheiro da estatal. O mesmo esforço foi empreendido pela representante da Federação dos Petroleiros, que se queixou de que a investigação serve de pretexto para a espionagem industrial e para a privatização.

Não se sustenta a insinuação de que a defesa do PT representaria no momento salvaguardar a estatal da sanha privatista. Basta rememorar o leilão do Campo de Libra. O discurso pseudo-nacionalista não resiste diante da entrega das riquezas do subsolo pela presidente petista ao capital estrangeiro. Isso significa que a defesa da empresa na boca dos governistas se transforma em demagogia.

Raciocínio análogo se aplica à questão da retirada de direitos, com menção especial às MPs 664 e 665. Durante o ato, o ministro Levy foi utilizado como bode-expiatório, compareceu como malfetor para blindar a presidente. Argumento frágil, afinal, o laço do capital financeiro não foi parar no ministério por obra divina. Assim, a crítica ao ministro foi um intento para dar ar de independência diante do governo.

A “defesa da democracia” emergiu como resposta à proposta de impeachment.

Houve unanimidade nas posições da CUT, CTB, UNE e MST de que é necessário a reforma política, como via de solucionar a crise de representação partidária. As correntes mais a esquerda, internas ao PT, como O Trabalho, se acobertam com a bandeira da convocação de uma Constituinte exclusiva, completamente rejeitada pelo governo Dilma e pelo próprio PT. Coube ao PCO, que se intitula trotskista, insistir na campanha de que está em curso um golpe de direita no Brasil. Saiu em defesa do governo federal, disparando contra as correntes de esquerda que não adeririam ao ato pró-Dilma. Assim, PCO contribuiu para obscurecer o essencial, que é o conteúdo de classe do governo, deixando de demonstrar que a crise política deriva da disputa interburguesa. Para escorar sua capitulação precisou identificar o petismo com um “nacionalismo moderado”. Bastou a direita bater o pé para esta corrente pequeno-burguesa, pretensamente revolucionária, sair rosnando por debaixo das bandeiras do PT de defesa de Dilma.

Sem dúvida, a manifestação de São Paulo deu o conteúdo dos atos em todo o país. Diante da crise de governabilidade e da ofensiva da oposição burguesa, encabeçada pelo PSDB, o PT retomou a sua bandeira de reformar o Estado burguês. No entanto, foi justamente a estratégia de “democratizar o Estado” que acabou conduzindo o PT a se enfiar na lama da corrupção.

O POR rechaçou a manobra do PT, PCdoB e da burocracia sindical de se utilizar da bandeira do impeachment para defender um governo que está em franca posição de ataque às massas e de sujeição ao capital financeiro. Essa gente não move um só dedo para organizar manifestações no país contra as demissões, a alta do custo de vida, o avanço da miséria, os despejos de sem-teto, a violência policial contra os pobres, o fortalecimento do Estado policial de ataque às manifestações de massa, às prisões de manifestantes, a expulsão de estudantes da universidade, etc. Mas quando seu governo se vê diante de grandes dificuldades e a oposição burguesa se fortalece para desbancá-lo, então, movimenta sua máquina sindical e as burocracias do MST para defender a democracia burguesa, como se esta não fosse um regime pelo qual a burguesia exerce sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida.

Dia 13 de março, manifestação do PT e CUT em defesa do governo Dilma
Dia 15, manifestação do PSDB e Força Sindical contra o governo Dilma

Declaração do Partido Operário Revolucionário

Em defesa das reivindicações dos explorados e de sua independência de classe

As duas manifestações expressam a aguda crise política em desenvolvimento. A eleição de Dilma não foi assimilada pelo PSDB e pelo conjunto da oposição burguesa. Aécio Neves denunciou Dilma Rousseff de ter praticado um estelionato eleitoral. Os opositoristas estavam confiantes de que havia chegado a hora do PT deixar o poder.

A crise econômica havia comprometido o primeiro mandato de Dilma. A explosão do escândalo de corrupção na Petrobrás, em plena campanha eleitoral, contribuiu para o acirramento da disputa. As acusações de corrupção de ambos os lados deram o tom do conflito eleitoral. A apertada vitória da candidata petista evidenciou um grande deslocamento da classe média para a oposição. Soma-se a isso a debandada de uma importante parcela de assalariados pobres do controle do PT.

Dilma assumiu o segundo mandato dependendo ainda mais do PMDB, que já havia demonstrado entre suas fileiras uma tendência oposicionista. Os fatores da crise econômica se agravaram. Dilma não consegue constituir um governo baseado em forças burguesas necessárias para garantir a governabilidade. A instabilidade política se manifestou como tendência já em seu primeiro mandato, motivada pela queda econômica, alta inflacionária e, consequentemente, pelo fracasso das medidas levadas a cabo pelo então ministro Guido Mantega.

Para amortecer a desconfiança do grande capital, Dilma prometeu durante a disputa com Aécio que mudaria o curso de sua política econômica. Disso dependia não apenas a vitória como também a futura governabilidade. A vitória foi obtida, mas não a governabilidade.

A entrega dos ministérios da Fazenda e Planejamento a representantes de banqueiros e agentes do imperialismo cumpriu a promessa de campanha de que haveria mudança de rumo. No entanto, as forças políticas da burguesia não se dispuseram a dar sustentação ao governo. Não bastaram as declarações favoráveis a Joaquim Levy. Empenhar-se no êxito das medidas liberais lançadas pelo novo ministro resultaria em aceitar a vitória de Dilma, dar condições para governar e, assim, admitir uma sobrevida do PT, com Lula vencendo as eleições de 2018. Não apenas o PSDB não aceitou essa hipótese. O PMDB imediatamente assumiu um lugar de oposição, ocupando um espaço entre o PSDB e o PT. Se o governo Dilma quisesse iniciar seu governo com o mínimo de estabilidade, teria de entregar a condução política ao PMDB. Prevê-se no futuro uma disputa entre esses dois partidos da burguesia, PMDB e PSDB, ou então uma retomada da velha aliança. O PT terá de reduzir o seu poder no Estado, permitindo a volta da supremacia dos partidos orgânicos da burguesia.

A crise está indicando um realinhamento das forças políticas da classe dominante. A projeção do poder Judiciário, que nunca foi tão grande na história da República, é o reflexo da crise política e da incapacidade do governo petista de centralizar como mãos de ferro o poder do Estado. Estão aí como provas o processo do Mensalão e agora as investigações da Lava Jato. A corrupção é inata e

estrutural ao Estado burguês. Explodiu como vulcão sob os pés do governo petista. Por meio dela, se processa a crise do regime político e, portanto, a disputa interburguesa. As manifestações convocadas para o dia 13 e a do dia 15 indicam esse processo, ou melhor, a luta interburguesa.

A bandeira da cassação do mandato (impeachment) foi colocada como a espada de Dâmoques sobre a cabeça de Dilma. O PSDB e seus aliados incentivam a classe média a assumi-la. Não faltam organizações que se dizem apartidárias ou suprapartidárias para impulsionar mobilizações contra o governo. Agem como instrumentos para arregimentar força social à oposição burguesa. A contestação de Dilma nas ruas tem por objetivo desestabilizar a governabilidade e criar as condições para o impeachment. Não é uma posição definida da burguesia e da Oposição destituir o governo. O impeachment é o último recurso, já que o golpe militar está descartado, para a solução da crise política. Destacados representantes oposicionistas têm sido obrigados a explicar que não é o momento para concretizar essa via. Não se deseja precipitar um processo de ruptura e desestabilização institucional do País. O governo e o PT continuam com o apoio de uma ampla base social e mantêm ligações com setores da oligarquia burguesa. O PSDB não pode tomar a frente de um movimento pró-impeachment, mas pode incentivá-lo como meio de luta política, de desgaste eleitoral e disciplinamento do governo petista.

Dilma, Lula, PT, CUT e algumas correntes de esquerda tributárias do petismo utilizam da movimentação oposicionista para acusar o PSDB de promover um golpe de direita. Denunciam a ameaça de impeachment como meio de obter apoio popular. É conveniente na disputa interburguesa e nas condições de ingovernabilidade clamar pela democracia e contra o golpismo. Os explorados são convocados a defender o governo que os ataca implacavelmente. A hipocrisia chegou a tal ponto que a CUT disfarça a convocatória do dia 13 com a menção de que não se trata de ser “nem pró e nem contra o governo”. Não pode haver dúvida, porém, de que a CUT, MST e UNE arregimentam os explorados para apoiar o governo em seu conflito com a oposição. Mas bastariam as bandeiras da convocatória para saber que se trata de uma ação dependente do governo e do Estado. A defesa da Petrobrás é uma reação dos petistas à operação Lava Jato, que atinge o governo. Somente os cegos e os estúpidos não veem que é uma farsa petista a defesa da Petrobrás contra a privatização. A Petrobrás é semi-privatizada e em nenhum momento os pretensos reformistas se colocaram pela estatização plena. A defesa da “Democracia” diz respeito à defesa do governo burguês, antinacional e antipopular, de Dilma. A defesa dos direitos é uma grande mentira dos burocratas sindicais que sujeitaram o movimento operário e camponês aos governos de Lula e Dilma. As demissões nas multinacionais correm soltas e a burocracia venal não faz outra coisa senão manter a colaboração de classes. A reforma política é uma panaceia voltada a ocultar a ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e a maioria oprimida.

É necessário combater os objetivos do PSDB e aliados de retomar o poder, utilizando-se do escândalo da Petrobrás quando está enterrado até o pescoço na corrupção. Está claro que sob o governo de Fernando Henrique Cardoso se armou a bandidagem na estatal. A manobra de separar a corrupção em dois períodos distintos tem amparo da maioria do Congresso e dos demais poderes que investigam os crimes do PT. Há sem dúvida um conluio burguês para apresentar a podridão da Petrobrás como um crime institucionalizado pelo governo petista. Tudo indica que está em marcha uma grande fraude de acobertamento das responsabilidades de conjunto dos partidos da burguesia. O PT não fez senão participar das quadrilhas que há muito se instalaram no Estado. Denunciamos as manobras em torno do impeachment. Somente aqueles que elegeram Dilma podem revogar seu mandato.

É necessário, no entanto, desmascarar a política burguesa do PT e o apoio que lhe dá a burocracia sindical. Não se trata de convocar os explorados para sustentar o governo antinacional e antipopular diante da ofensiva do PSDB e seus comparsas. Trata-se, sim, de convocar e organizar a classe operária e demais explorados para se defenderem contra os ataques do governo e da burguesia, que vêm se ampliando. A luta por suas reivindicações os leva a se chocarem com a política burguesa de conjunto (governistas e oposicionistas). Partindo das necessidades mais prementes dos oprimidos, torna-se possível mostrar-lhes o caminho de solução revolucionária da crise política. A estratégia da classe operária é a do governo operário e camponês, que será constituído com a revolução proletária. A defesa das reivindicações e da estratégia do proletariado implica desenvolver a organização das massas no campo da independência de classe. O que está fazendo o PT, a esquerda capituladora e a burocracia sindical é a de manter a subordinação dos explorados ao governo burguês de Dilma e à disputa interburguesa. Está aí por que o POR

denuncia a convocação do ato do dia 13 como sendo de apoio ao governo.

Diante da vasta corrupção, chamamos os operários, camponeses, juventude e demais oprimidos a saírem às ruas pela constituição de um Tribunal Popular, tribunal esse nascido das entranhas dos explorados e controlado por eles. Um tribunal oposto às instituições da burguesia. Sem uma investigação realizada pela classe operária organizada, não é possível nem apurar a corrupção em toda sua extensão, nem punir os responsáveis. Sabemos que o atraso político e organizativo da classe operária não permite constituir imediatamente um Tribunal Popular, mas nem por isso se deve se submeter às manobras próprias da disputa interburguesa. As massas têm de sair às ruas, não para defender o governo, mas para se defenderem contra o governo e contra os ataques que diariamente são desfechados pela burguesia nas fábricas, campo, escolas, bairros, etc. Pela constituição de um movimento nacional de frente única em defesa dos empregos, salários, direitos, moradia, saúde e educação. Um movimento que una operários e camponeses em luta contra os latifundiários e pela revolução agrária. Um movimento que de fato combata pela estatização da Petrobrás e de todas as fontes de matérias-primas, sem indenização e sob o controle operário. Um movimento que se desenvolva como frente única anti-imperialista para expropriar o grande capital e conquistar a independência nacional.

Viva a luta pela independência de classe do proletariado!

Pela Oposição Revolucionária ao governo burguês, antinacional e antipopular de Dilma Rousseff/PT!

Por um Tribunal Popular, que investigue e puna os crimes da burguesia!

Por um governo operário e camponês, assentado nos explorados da cidade e do campo!

Disputa interburguesa em Rondônia leva à cassação do governo de Confúcio Moura

Desde as eleições, há denúncias de corrupção no Estado de Rondônia. Na verdade, não passa um ano sem que venham à tona dados da roubalheira que assola o Estado. Nenhum político burguês passa incólume. Já foram nomes do PT, do PMDB, do PSDB, do PR; escândalos envolvendo a capital, cidades do interior e a administração estadual. Dia 5 de março, veio à público a decisão do TRE de Rondônia para a cassação de Confúcio Moura (PMDB) e seu vice-governador Daniel Pereira (PSB). O atual governador, reeleito, foi denunciado por compra de votos. Entrou com recurso e aguarda o resultado, que deve sair após dia 15 de março.

É bom lembrar que Confúcio Moura disputou o segundo turno com Expedito Júnior (PSDB) e que este já foi cassado, quando era senador, em 2009, também por compra de votos e em 2010 teve sua candidatura a governador barrada por meio da lei da Ficha Limpa. Ou seja, a Justiça arbitra favorecendo quadrilhas. Se o governador e seu vice forem definitivamente retirados deste mandato entrará outro político com ficha criminal tão suja quanto a do antecessor.

O PT que saiu com candidatura própria no primeiro turno das eleições nada poderá falar em defesa de qualquer saída “alternativa”, pois no segundo turno apoiou Confúcio Moura. O mesmo fez o PSOL que também apoiou o atual governador contra Expedito Júnior. Se quer se pode falar de esquerda eleitoral no estado de Rondônia!

Além de Confúcio e Expedito, outros nomes nacionais de Rondônia já estiveram envolvidos em corrupção, a exemplo de Ivo Cassol e Valdir Raupp, ambos atualmente senadores pelo estado. A denúncia

contra Ivo Cassol é de 2014; a de Valdir Raupp é recente, está ligada à operação Lava Jato.

O certo é que a compra de votos e a corrupção em todas as esferas administrativas rola solta em todo país; há, no entanto, em algumas regiões, uma descarada compra de votos que os juízes são obrigados a reconhecer. Mas o fazem exclusivamente por pressão de outra quadrilha burguesa envolvida. Em Rondônia, a saída de Confúcio, se se confirmar, favorecerá o PSDB. No Amazonas, uma mesma denúncia envolvendo o também reeleito governador José Melo (PROS) poderá eventualmente beneficiar Eduardo Braga (PMDB), hoje ministro do governo Dilma, e segundo colocado nas eleições de 2014.

No meio da disputa interburguesa pelo controle da máquina estatal, entram burocratas de sindicatos que buscam se aliar a esse ou àquele candidato, visando cargos na administração. Alguns sindicatos são dirigidos por membros do governo, como o Sindesef, cujo presidente é o atual vice-governador Daniel Pereira.

Os trabalhadores e a juventude devem rechaçar essas disputas e exigir independência de seus sindicatos frente às quadrilhas burguesas e seus governos. Diante da corrupção, defendemos a constituição dos **Tribunais Populares**, que servem para que os explorados julguem e punam os crimes da burguesia; a corrupção é apenas mais um desses crimes e só poderá ter fim com a revolução social, com a insurreição das massas e a constituição de um governo operário e camponês.

Direções da APUB (PROIFES) e do DCE da UFBA unidas para blindar o governo Dilma

No segundo semestre de 2014, a direção da APUB (PROIFES) só realizou uma única assembleia quase no final do ano para definir o jogo eleitoral da nova diretoria para o biênio de 2015 a 2016. A direção eleita expressa o continuísmo da anterior, com o reforço da corrente O Trabalho que outrora estava no campo da oposição. Os sindicatos dirigidos pelos petistas têm realizado ações para blindar o governo Dilma dos “ataques da oposição de direita”. No dia 11/03, a direção da APUB promoveu um debate sobre carreira e salário, sem de fato mobilizar a categoria, apenas usando o recurso de afixar faixas nas unidades. Mais uma atividade esvaziada promovida pela diretoria. A mesa foi composta por militantes da corrente O Trabalho e próximos ao PT, representando a CONDSEF, APUR (Associação docente da Universidade Federal do Recôncavo Baiano), ligada ao ANDES, porém dirigida por O Trabalho, e um representante da direção da Associação docente da UFG, vinculada ao PROIFES, com o claro objetivo de defender a reforma política e a constituinte como solução política de combate ao conservadorismo do Congresso. Nada mais falso. Reforçaram a necessidade de ir às ruas no dia 13, pois o chamado deste dia para a corja petista é com base “em reformas estruturantes pela Democracia, reforma política e contra uma política econômica liberal no qual nós não concordamos”. Tentam a todo custo desviar o essencial no debate: a necessidade de derrotar a política econômica antio-perária, antinacional e antipopular do governo Dilma Rousseff pelos métodos da ação direta das massas. A militância do POR expôs uma análise de conjuntura denunciando estas medidas e afirmando o caráter das manifestações do dia 13 e 15, representando uma disputa interburguesa e eleitoreira.

O DCE, dirigido pelo Levante e correntes do PT, tem bus-

cado levar os estudantes para as manifestações em defesa do governo. No ato realizado no dia 05/03 em defesa da educação pública e democracia universitária, que tinha como objetivo denunciar o corte de 7 bilhões da educação e seu impacto na universidade, a direção do DCE desviou seu conteúdo político, utilizando-o para defender a reforma política e a constituinte. A reforma política e a constituinte não são reivindicações dos estudantes, mas sim propostas para blindar o governo, comprometido com capitalistas, banqueiros e latifundiários. O ato terminou na reitoria com a promessa do vice-reitor de convocar um Consuni extraordinário. Não foram marcadas outras atividades. Esse desfecho mostra que a direção governista aposta na via institucional e não na ação direta. Não reuniu os estudantes após o ato para discutir novas ações e nem o fará. Dirá aos estudantes que é necessário primeiro sabermos o resultado do Consuni para voltarmos às ruas. Substitui as ações de massas pela pressão institucional. Os governistas tentaram utilizar o ato para convencer os estudantes a comparecerem ao ato do dia 13/03 em defesa do governo Dilma. Com certeza tentarão mobilizar os estudantes para defender o governo e não para combater as medidas antipopulares de Dilma. É preciso rechaçar essa política que submete o movimento estudantil ao governo burguês de Dilma/PT. É preciso constituir uma frente única de mobilização e luta, para resistir aos ataques e conquistar nossas reivindicações. A direção do DCE não irá fazê-lo, porque terá de se chocar com o governo e reitoria. A Corrente Proletária Estudantil chama todas as organizações e estudantes de base que não se submetem ao governo a formar essa frente, que terá como desafio organizar os estudantes para lutar, através da ação direta, contra os cortes e por direitos.

Diante da crise, governo e capitalistas atacam as massas

Crescimento da inflação e do desemprego, queda no comércio e no preço das matérias-primas, alta explosiva do dólar diante do real, desvalorização consistente das ações na bolsa de valores, paralisia geral nos investimentos, são os elementos que marcam a crise econômica no Brasil.

Baixa das matérias-primas: sintoma da crise

Uma das características da crise capitalista de superprodução é a alta geral dos preços que a precede e a contaminação da baixa dos preços e destruição de valor de todos os setores a partir dos segmentos mais importantes da economia. A crise que explodiu nos EUA e depois na Europa e resto do planeta em 2008 tinha exatamente essas características. Pouco antes, o barril de petróleo beirou os 200 dólares, e logo despencou para um quarto disso. Muitas companhias tiveram suas ações acompanhando esse movimento, expressando uma brutal destruição de valor. A tendência colocada então era a de uma brutal recessão, uma brutal destruição de forças produtivas. Uma

ação comum dos governos, que estatizaram a crise por meio de uma operação de subsídios e incentivos que despejou muitos trilhões de dólares nas multinacionais e bancos, protelou circunstancial e localizadamente os efeitos da crise. Isso, ao custo da falência financeira de países inteiros, como aconteceu com a Grécia, Espanha, etc.

Mas as forças econômicas da crise capitalista não foram estancadas. A atenuação da destruição maciça de forças produtivas impulsionou as tendências anteriormente contidas para uma nova arremetida. Uma nova corrida de elevação de preços se retomou. O barril do petróleo se elevou aos 100 dólares, arrastando junto de si os preços de outras commodities. A impossibilidade de realização plena da valorização do capital (reprodução ampliada) recolocou as tendências de destruição geral de valor, de queda dos preços a níveis inferiores aos dos custos de produção. O barril de petróleo retrocedeu aos 47 dólares. O preço do aço foi dilapidado à metade. Os minérios e produtos agropecuários foram todos arrastados para baixo. As ações das

bolsas de valores despencaram. Esse movimentou evidenciou a gigantesca cadeia mundial especulativa e parasitária.

A crise não se esgotou. Ao contrário, estamos no momento em que começa a se manifestar abertamente, sem a possibilidade de uma ampla intervenção dos governos, diante da quebra financeira dos Estados. A União Europeia se mantém na recessão. Os chamados BRICS enfrentam as consequências recessivas das quedas de preços das matérias-primas. Os EUA, após seguidas tentativas de erguer a produção, continuam com crescimento vegetativo (pouco mais de 2% anuais). A tendência geral de queda dos preços das commodities pressiona o valor do dólar para cima diante das demais moedas. É o que temos assistido internacionalmente, com a moeda norte-americana se equiparando ao euro. Colaboram para essa tendência os deslocamentos de capitais em direção à economia que hoje tem menor pressão recessiva, retribuição de juros mais confiável, e necessidade dos exportadores de mercadorias e demais países em realizar confisco salarial a fim de defender os lucros capitalistas da destruição geral de valor causada pela crise.

Brasil é arrastado pela crise mundial

O esgotamento da política econômica do governo petista, de renúncia fiscal e subsídio às multinacionais de automóveis, à linha branca e construção civil, expressa o esgotamento geral dessa intervenção estatal assumida em todos os países, com suas particularidades. Os sintomas que a economia apresenta expressam muito mais as manifestações da crise internacional que os chamados desvios de uma política econômica governamental. A quebra dos preços das commodities representou sozinha cerca de 15 bilhões de dólares como retração da exportação. A porcentagem da redução das exportações de veículos foi mais do dobro maior que a redução das vendas internas. O agronegócio, principal setor que sustentava a economia, enfrenta a retração das vendas externas, que não se altera substancialmente mesmo com a alta do dólar e barateamento das mercadorias.

Mas é certo que o crescimento baseado no estímulo ao consumo se esgotou. A média de 300 mil automóveis mensais produzidos caiu a 200 mil. A construção de apartamentos caiu 10% e há uma paralisia no investimento no setor. A indústria amarga retração atrás de retração, e demite trabalhadores aos milhares.

A incapacidade do governo em realizar caixa para sustentar o parasitismo bancário e oferecer à burguesia em geral uma tábua de salvação diante do avanço da crise jogou a maioria dos capitalistas a pressionar por uma mudança de política econômica. Em essência, essa política consiste em cortes de gastos públicos (ataques a direitos), aumento de impostos, medidas de facilitação das demissões e redução salarial, de várias formas. Essa linha, defendida pela oposição burguesa durante a campanha eleitoral, foi assumida pelo governo Dilma por meio do novo comando econômico, encabeçado pelo ministro Levy. Há uma unidade entre governo e oposição ao redor dessa linha, o

que não extingue diferenças de aspectos e ritmo de sua aplicação. Como ficou demonstrado no caso da medida de aumento de imposto sobre a indústria, que Renan Calheiros sequer submeteu à votação no Senado, devolvendo-a ao governo.

Alta do dólar e inflação

O dólar valorizou 7% na segunda semana de março. 23% em 2015. 37% em um ano. Economistas burgueses defendem que o governo estimule a tendência de alta até atingir R\$ 3,75. A inflação está em alta, estimulada justamente pelos aumentos de preços de produtos sob controle do governo, como gasolina e energia elétrica. Repercutem nos preços mais sentidos pela população assalariada: alimentos e alugueis.

A alta do dólar, combinada com inflação, é um mecanismo de confisco salarial. Desvalorizam-se os salários em benefício da exploração capitalista. É um mecanismo já utilizado várias vezes em muitos países. É pouco provável que a alta do dólar reverta as tendências de queda nas exportações. Deve conter as importações e colaborar com as demais medidas de arrocho econômico de Levy.

Para os assalariados, não interessa defender nem o congelamento de preços nem a inflação. Cabe defender o poder de compra dos salários através da escala móvel (reajuste automático de acordo com a inflação). E um salário mínimo vital, capaz de sustentar dignamente uma família trabalhadora.

Desemprego e corte de direitos

O desemprego tem aumentado. As demissões na indústria refletem a excessiva capacidade produtiva desenvolvida e agora sem aplicação, sem necessidade, sem valor. Os capitalistas despejam sobre os assalariados o custo dessa perda, atacando o único meio de sobrevivência, a venda da força de trabalho para exploração. A redução do poder de compra dos salários serve à preservação artificial dos lucros capitalistas diante da crise.

Economistas da burguesia vêm defendendo há tempos um aumento do desemprego, a fim de pressionar os salários em geral para baixo por meio da concorrência entre os operários. A resposta dos trabalhadores tem de ser a defesa do emprego a todos por meio da estabilidade no emprego e da escala móvel das horas de trabalho (divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem redução de salário, de forma a eliminar o desemprego).

Os cortes de direitos e gastos, como os da educação, anunciados pelo governo visam a reduzir gastos a fim de garantir o sustento do parasitismo financeiro. Representam também uma redução do salário indireto. São mais um mecanismo de proteção dos capitalistas diante da crise, às custas das massas.

É preciso levantar uma plataforma de reivindicações que responda aos ataques centralizados da burguesia e de seu governo, a partir da defesa do emprego, salário e direitos, com os métodos próprios de luta das massas, de forma unitária e geral. Essa é a essência da oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Assembleia dos professores de SP aprovou a greve

A assembleia do dia 13/03 deliberou pela greve por tempo indeterminado contra os ataques do governo Alckmin/PSDB. Os motivos são muitos: fechamento de salas de aula, totalizando mais de 20 mil desempregados; aplicação da duzentena aos professores da categoria “O”; superlotação das salas de aula; precarização das condições de trabalho e nenhum centavo de reajuste salarial. Estes e outros motivos levaram os professores a decretarem greve.

Os cerca de dez mil professores presentes no Masp, na Av. Paulista, foram unânimes na aprovação da greve, pois sentem na pele o peso do aumento dos preços nos produtos, do transporte público, dos combustíveis, etc. E a situação nas escolas está insuportável.

A crise econômica que se abate sobre o país obriga os governos a atacarem a vida dos trabalhadores com medidas anti-populares, depositando em suas costas a responsabilidade de dividir o ônus da crise. Os trabalhadores são obrigados a responderem com seus métodos. A greve é um deles. Os milhares de professores, ao aprovarem a greve, não fizeram senão defender suas condições de existência e a educação gratuita.

A Corrente Proletária defendeu, tanto no Conselho de Representantes como na assembleia, o método da ação direta, ou seja, uma greve coesa, unitária e ativa.

Mas havia um problema colocado pela burocracia da Apeoesp: utilizar os professores para apoiar o ato de apoio ao go-

verno Dilma, convocado pela CUT, MST, UNE, PT e PCdoB. Houve uma polêmica na assembleia. A Corrente Proletária denunciou a manobra da burocracia, colocando que os professores não deveriam participar do ato em favor de um governo burguês, antinacional e antipopular. Defendeu, assim, a independência de classe. Atuou com uma declaração do POR, que publicamos nesse Jornal.

O governo Alckmin tentará de todos meios desmoralizar a paralisação com o argumento de que se trata de uma greve político-partidária. A política da burocracia da Apeoesp de apoio ao governo Dilma é o grande obstáculo para enfrentar a campanha odiosa de Alckmin/PSDB. O curso da greve dependerá da adesão dos professores (escolas paralisadas), das massivas manifestações de rua pelas reivindicações que unificam o magistério, da unidade com outros setores de explorados que clamam por emprego, saúde e educação e pelas ações cotidianas dos grevistas por todo o estado (bloqueios de avenidas, ocupações e atos). A Corrente Proletária atuará rechaçando a campanha do governo, da imprensa burguesa e combatendo seus porta-vozes incrustados nas escolas e nas diretorias de ensino. A vitória dos professores (atendimento das reivindicações) será a vitória dos trabalhadores contra a política de corte de recursos à educação, de eliminação de direitos e de arrocho salarial. Publicamos abaixo o boletim distribuído na assembleia que aprovou a greve.

Funcionalismo se movimenta em assembleias em Rondônia e burocracia tenta a conciliação

Desde o início do ano, vêm ocorrendo assembleias dos servidores nas diferentes esferas públicas. Ocorreram assembleias do Sintero, em fevereiro e março. Embora o sindicato controle todos os trabalhadores da educação das redes estadual e municipal, as assembleias foram separadas, no início de fevereiro ocorreu a que envolvia a rede municipal. Agora, na primeira semana de março, uma assembleia da rede estadual. Em 12 de março, ocorrerá nova assembleia da rede municipal. Nessas duas últimas assembleias, aprovou-se o que queria a burocracia: uma pauta com algumas reivindicações salariais e de melhores condições de trabalho e a paralisação de três dias: 18, 19 e 20 de março, com todo o funcionalismo.

A burocracia que dirige o Sintero há décadas, ligada à Articulação/PT, no entanto, mesmo diante do arrocho salarial, das péssimas condições de trabalho, da superexploração de servidores em várias escolas, prefere sempre jogar para frente a greve. O descontentamento tanto nas redes municipais quanto estadual é enorme. Na rede estadual, sequer o acordo da última greve que resultaria em um reajuste de 6% agora em janeiro de 2015 foi cumprido. Os salários são miseráveis e o governo anuncia cortes, como têm feito governos de outros estados do país.

Mas não só o Sintero que, por tradição, realiza suas assem-

bleias e campanha tem se movimentado e movimentado sua base. Vimos o Sindprof, que reúne servidores de todas as secretarias do município de Porto Velho, fazer uma assembleia com mais de mil servidores levantando uma série de reivindicações e centrando força na reposição de mais de 24% de reajuste. Ainda que dirigido por uma direção governista, já que a presidente do sindicato é vereadora pelo PCdoB, demonstra que existe um descontentamento entre o funcionalismo que a burocracia precisa responder com alguma ação.

Também recentemente, o Sindesef, que congrega servidores federais de Rondônia, tem organizado “assembleias” por todo o Estado. No dia 04 de março, ocorreu na região da zona da mata, em Rolim de Moura, a primeira assembleia do sindicato. O que foi surpreendente na assembleia foi o fato de o presidente deste sindicato, Daniel Pereira/PSB, atual vice-governador de Confúcio Moura, aparecer e fazer demagogia com a base de servidores da região. Nesse caso, chamar de governista o sindicato é até uma amenidade. Com a subida de Daniel Pereira ao governo, trata-se de um aparato estatal, que serve para propaganda oficial do mandato. Não é à toa que a “pauta de reivindicações”, na qual consta, por exemplo, a velha reivindicação de transposição dos trabalhadores estaduais para a esfe-

ra federal, apareceu pronta e sem discussão. Tratou-se mais de uma reunião, em que a burocracia local formada por coordenadores e diretores do sindicato puderam bajular o “ilustre” presidente do sindicato.

O objetivo das “assembleias” do Sindesef pelo Estado é limpar a barra de Confúcio/Daniel, cujos mandatos foram cassados no dia 05 de março pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. No entanto, mesmo nesse caso em que não há nenhuma intenção de luta ou mobilização dos burocratas, o fato de o funcionalismo se reunir mostra a necessidade de resposta dos governos e dos governistas que dirigem os sindicatos.

Transformar a paralisação de três dias em início da greve dos setores

A paralisação convocada para os três dias de março pode servir de ponte para uma greve nos setores mais radicalizados, como os trabalhadores da educação, e para a construção de uma greve unitária de todo funcionalismo público. Para isso, o funcionalismo terá que passar por cima de suas direções.

A paralisação, que tem sido propagandeada como “greve geral”, foi orquestrada pela burocracia de vários sindicatos que se reuniram com o governo estadual no dia 04 de março. Entre os sindicatos, estiveram presentes o Sindsaúde, o Sinsepol, o Sintero, o Singeperon, o Sintec, o Sinder, o Sinderon, o Sintraer e o Sinjur. Como se vê, os sindicatos reúnem todos os setores do funcionalismo, passando pela educação, saúde, judiciário, polícia civil, etc. O governo diz que trabalha dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e por isso não pode conceder os reajustes pedidos pelas direções sindicais, nem cumprir com acordos anteriores, como no caso do Sintero. Diante desse quadro, as burocracias não tiveram outra opção senão a de convocar as assembleias e aprovar os três dias de pressão sobre o governo estadual e os governos municipais.

A política da Corrente Proletária na Educação/POR é colocar os governos contra a parede por meio do movimento grevista. Apenas a greve pode dobrar os governos. Apenas a

greve massiva, com manifestações de rua, com paralisação de 100% dos serviços, em unidade de todo funcionalismo pode sair vitoriosa. Defendemos nas assembleias do Sintero que a greve fosse aprovada imediatamente e que a paralisação do dia 18 de março desse início ao movimento grevista, entretanto a burocracia se opõe sistematicamente a iniciar a greve. Nossa tarefa é propagandar os métodos de luta e as formas de vencer o governo nos atos e assembleias convocados.

Nos três dias de paralisação, defenderemos o emprego e o salário do funcionalismo, a partir das reivindicações gerais.

Na assembleia anterior a direção do Sintero manobrou e conseguiu a aprovação de uma assembléia dos servidores municipais para o dia 12/03. Nessa assembleia, a categoria rejeitou a proposta indecente do prefeito a pauta de reivindicações de 2015, 1% de reposição salarial e 20% no auxílio alimentação, que é de R\$ 160,00. A categoria manteve a proposta inicial e aprovou que dará um prazo até a última semana do mês para o prefeito cumprir a reivindicação posta na última assembleia. Com o não cumprimento por parte do prefeito, é greve por tempo indeterminado. Porém, a burocracia como de costume, levará a resposta para o prefeito, e já estendeu o prazo sob as famosas alegações dos prazos da legalidade, próprio dos conciliadores que não se comprometem com a luta da categoria que votou na pressão sobre o prefeito, por meio da greve e outras ações diretas. A votação pela greve foi postergada mais uma vez e marcam para a próxima assembleia para o dia 23/03.

A Corrente Proletária acatou a decisão da categoria e defendeu a greve por tempo indeterminado e unidade com o funcionalismo estadual, para fortalecer a luta do funcionalismo público e defende o reajuste imediato que ultrapasse os 24,6% entre os trabalhadores da educação! Defesa do Salário Mínimo Vital, calculado e aprovado nas assembleias, que, em nossos cálculos, está em 4.600 reais! Defesa da Escala Móvel das Horas de Trabalho para defender emprego a todos e nenhuma demissão! Unidade de todo funcionalismo, com greve unitária aprovada em assembleia geral de todos os setores!

Paraná: burocracias liquidam greve histórica contra o Estado

A greve do funcionalismo contra iniciativa do governo de retirar direitos e se apropriar do fundo previdenciário (8 bilhões), iniciada em fevereiro, foi enterrada pelas burocracias sindicais. O grande movimento levou professores da rede estadual de ensino, funcionários do DETRAN e todas as universidades a uma combativa greve que teve como ponto mais alto a ocupação da Assembleia Legislativa impedindo que os deputados aprovassem em regime de comissão especial (tratoração) o pacote do governo. Assembleias multitudinárias, algumas com trinta mil professores num estádio de futebol em Curitiba, passeatas, acampamento de semanas e diversas outras manifestações de rua e de massa, mostraram ao governo a disposição de combate dos servidores públicos do Paraná.

Desde o início, no entanto, era evidente que a grande fragilidade do movimento eram as direções dos sindicatos envolvidos. Estes, na sua grande maioria, resistiram em constituir um comando unificado, e até nos momentos mais agudos do enfrentamento bloquearam a unidade que permitiria impor

uma derrota completa ao governo.

Alguns sindicatos importantes, como o da Saúde, sequer permaneceram em greve. Aproveitando a fragilidade do governo negociaram rapidamente questões específicas de sua base e abandonaram o conjunto do funcionalismo num momento em que sua adesão à greve configuraria de fato uma greve geral do funcionalismo. Não foi só a defesa de interesses corporativos, mas a deliberada postura de enfraquecer o movimento geral abandonando os setores em greve.

Contudo, coube à direção da APP – vinculada ao PT – o papel mais ativo e pernicioso na desmontagem da greve contra o governo. Desde o início, buscou uma via de entendimento contando com a bancada do PT na Assembleia Legislativa. As tentativas iniciais de acordo fracassaram pela postura errática do governo que uma hora indicava entendimentos para desmentir no dia seguinte e pela combatividade crescente da base desconfiada não apenas do governo mas também da própria direção sindical. Esta situação levou em 4 de março a uma gi-

gantesca assembleia de professores no estádio da Vila Campanema que teve quase trinta mil professores aprovando por unanimidade a continuidade da greve. Já naquele momento havia um mandato de segurança do governo obrigando os professores a fazer funcionar as escolas. Os grevistas ignoraram a ordem judicial e continuaram a greve.

Entretanto, nessa assembleia, a direção sindical marotamente incluiu um último ponto autorizando a direção a buscar “conciliação” judicial para enfrentar a falta de negociação e a medida judicial que pesava contra o sindicato.

Conseguida esta aprovação marcou “conciliação” com o governo, mediada pelo mesmo desembargador que havia condenado os professores a voltarem às aulas. E, numa sentada (6 de março), firmou compromissos ambíguos sobre parte da pauta específica e aceitou a cláusula que não garante que o governo não altere o sistema previdenciário, pelo contrário, que reafirma que enviará à assembleia legislativa nova proposta.

Em 9 de março, fez assembleia apresentando a “carta compromisso” parida durante a conciliação como uma grande vitória e conseguiu aprovar o encerramento da greve. Como se vê, trata-se de uma obra prima de traição à classe e de embuste político que esta burocracia perpetrou não apenas contra os professores mas contra o conjunto do funcionalismo, pois com os professores fora da greve os outros setores ficaram de fato fragilizados.

A burocracia do ANDES-SN segue as pegadas da APP

Os sindicatos vinculados ao ANDES-SN das universidades paranaenses, que constituíram um comando de greve dos docentes e, a contragosto, aceitaram o ingresso do sindicato não pertencente ao ANDES, aproveitaram a disposição do líder da bancada do governo para intermediar acordo de fim de greve. No dia 10 de março, costuraram com ele um “Termo de compromisso” para acabar com a greve.

Este deputado comandou a tropa de choque do governo na Assembleia Legislativa no dia do tratoração, aquele grupo de deputados que adentrou à Assembleia num carro blindado da polícia e quase foi linchado pelos servidores que a ocuparam. Quando voltou às cidades do norte paranaense, onde tem suas bases eleitorais, foi vaiado, insultado e sofreu ataques dos professores em greve. Como líder de um governo desmoralizado fez desta “mediação” um instrumento para se recompor perante os próprios deputados e os eleitores. A burocracia do ANDES se prestou a colaborar com este personagem no seu objetivo de desmontar a greve.

Prefeitura petista de SP cortou a perua escolar gratuita – TEG

A Lei do TEG – Transporte Escolar Gratuito existe desde 2001, período do governo de Marta Suplicy/PT no município de SP através do decreto 41.291/01. Conhecida como Programa VAI e VOLTA, era utilizada para os alunos desde o Ensino Infantil até o Fundamental. De uns anos para cá, os governos vêm cortando recursos, principalmente da educação. Em 2012, o governo Kassab impôs o Comunicado 12507, retirando esse direito dos alunos com mais de 12 anos e dos que moram a menos de 2 km de distância da escola. Isso gerou protestos em vários bairros da capital de SP, principalmente na região sul.

Este termo de compromisso repete literalmente o conteúdo proposto à APP na questão do sistema previdenciário, ou seja, que o governo enviará à Assembleia Legislativa proposta alterando a previdência, embora se comprometa a não gastar o fundo previdenciário noutra coisa que não seja benefícios... Mas nada assegura que não altere critérios de contribuição ou de benefícios no futuro, por exemplo.

Joga para futuras e imprecisas mesas de negociação boa parte das reivindicações docentes e principalmente se comprometem com o infame compromisso de “... convocar Assembleias Docentes para discutir a suspensão da greve”.

Na sequência, convocaram assembleias nas que apresentaram o “Termo de Compromisso” como uma grande vitória e conseguiram encerrar a greve no dia 12 de março. Apenas os professores da UEL, UENP e UNESPAR-Apucarana continuam em greve, isolados do conjunto do funcionalismo e das universidades.

Evidenciou-se neste processo o caráter de burocracia de esquerda do ANDES-SN, que combina um discurso petardista em alguns momentos mas se comporta como carneirinho quando se trata de levar o combate a sério, procurando sempre a via de menor resistência. Isso num quadro de flagrante fragilidade e desmoralização do governo do Estado que poderia permitir uma derrota maior.

Um fato positivo neste enfrentamento foi o ingresso de uma nova geração de professores na luta coletiva, tanto no ensino médio quanto nas universidades, e fizeram nestas jornadas um treino para os futuros embates que certamente acontecerão, pois é evidente que o ajuste fiscal que o governo se vê obrigado a realizar será descarregado nas costas dos servidores públicos. Contudo, estes professores terão de substituir as velhas direções burocráticas que se colocam como freio para a luta efetiva. Essa substituição não será possível sem que se desenvolva uma corrente proletária no seio do professorado, porque as correntes políticas que hoje militam na oposição têm a mesma limitação reformista das burocracias, sejam as da CUT, CGT ou do Conlutas.

Contam a seu favor o fato de terem protagonizado a experiência da ação direta, da greve, das manifestações e da ocupação da Assembleia que foi determinante para deter as intenções do governo. A visão dos deputados escondidos no camburão para entrar na ALEP e o pavor destes diante da ocupação e ameaça de sua integridade não se apagará da memória não só dos que estiveram lá, mas de todos os trabalhadores que sabem quem são seus inimigos.

Nesse ano, governo Haddad/PT por meio da Secretaria Municipal da Educação, encaminhou um Comunicado às DREs, afirmando que **“serão atendidos, na ordem, os alunos de menor idade, que residirem a mais de 2 km da unidade escolar”**. Ainda, especificou as **exceções: portadores de necessidades especiais com laudos médicos e os casos que têm “barreiras” que impedem o acesso da criança à escola, como rodovias, avenidas perigosas sem sinalização, etc.**

Esse Comunicado atingiu diretamente os bairros operários onde o índice de crianças em idade escolar é alto e as escolas

são distantes de suas casas. Centenas de crianças foram excluídas do transporte escolar gratuito, principalmente na zona leste. Na EMEF Forte dos Três Reis Magos, o corte foi de 90 crianças.

Essa escola nem foi inaugurada e a prefeitura petista acelerou a remoção de parte dos alunos da EMEF Alceu Amoroso, para utilizar como trunfo eleitoral, no ano passado. De lá para cá, a escola funciona bem precariamente. Falta tudo: água, merenda e funcionários. Nesse ano, com a vinda de uma nova direção escolar, as leis foram cumpridas fielmente. Com mãos de ferro, a nova diretora cortou o TEG das crianças do Vila Bela, que segundo os oficialistas moram a menos de 2km da escola.

Um grupo de mães, no primeiro dia de aula, protestou e foram encaminhadas à secretaria da escola para fazer o cadastro dos perdedores de direitos. Não contentes, as mães foram à subprefeitura de São Mateus e receberam outro NÃO dos Técnicos do setor do transporte, que reafirmaram o problema da distância das residências à escola ser menor de 2km. Insatisfeitas, agruparam mais mães e retornaram a SME, afirmando que o TEG deveria ser mantido para seus filhos porque a escola nova, Reis Magos, é mais distante do que a antiga, Alceu Amoroso, de suas casas.

A dirigente regional, Sra. Claudete, ligada ao vereador Paulo Fiorilo/PT, também moradora da região, em debate com as mães/técnicos/ supervisores, autorizou a averiguação da

distância, porque foi esclarecido pelas mães que as ruas dessas famílias sequer são cadastradas (não têm CEP). No dia seguinte, uma comissão de mães junto com os perueiros do Vai e Volta fez o percurso casa-escola e constatou a distância de um quilômetro e meio aproximadamente. Rapidamente, em menos de três dias, a escola reafirmou a decisão do corte, desta vez endossada pela Dirigente Regional.

As mães não aceitaram tamanha brutalidade. Decidiram filmar o percurso das crianças, para mostrar o quanto é difícil as vidas das famílias daquele bairro. Mostraram para aos técnicos, dirigentes, e representantes do governo o caminho árduo, cheio de obstáculos, percorrido pelas crianças.

Não faltaram choramingos dos petistas ao verem o vídeo, retratando a miséria social da região. Mas obrigaram as famílias carentes a pagar o que não tem para os perueiros. Muitas famílias estão tirando do prato de comida esse valor para os perueiros, porque precisam manter seus filhos na escola pública.

Diante da argumentação das mães, houve um recuo da Diretoria de Ensino, obrigando a diretora da escola a encabeçar esse pedido da volta do TEG, que foi estendido para outras 70 crianças sem transporte.

Porém, a decisão da volta do TEG ainda não foi legitimada pela SME. A luta das mães do V. Bela vem engrossar a luta geral dos oprimidos e reforçar o método coletiva de luta nas ruas para garantir as reivindicações.

Sem que as proletárias assumam o combate à opressão, não haverá emancipação da mulher

As manifestações do Dia da Mulher, mais uma vez, mostraram a impossibilidade do movimento pequeno-burguês encabeçar a luta revolucionária contra as condições opressivas que o capitalismo impõe às massas femininas. A explicação está no fato de que opressão que recai sobre as mulheres tem suas raízes nas relações capitalistas de produção e exploração do trabalho. Emana da propriedade privada dos meios de produção. A burguesia, por ser classe exploradora, não pôde e não pode resolver a antiga submissão das mulheres à ordem familiar em que predominam a vontade e as decisões dos homens. Está aí por que a história da dependência da mulher é de violência patriarcal.

Não é necessário narrar a conhecida brutalidade com que se manteve a dependência das mulheres nas sociedades escravista e feudal e se mantém na capitalista. Em qualquer circunstância que haja domínio de uma classe sobre outra haverá violência, mantendo-se o domínio de classe, mantém-se as violentas relações patriarcais. A experiência histórica comprova que a emancipação da mulher começará com o fim do capitalismo e construção do socialismo.

Marx e Engels, baseados no socialismo científico e fundamentados no programa da revolução proletária (Manifesto do Partido Comunista), estabeleceram as premissas do fim da desigualdade entre homens e mulheres. A Revolução Russa deu mostras práticas de que esse é o curso da real emancipação das mulheres. A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva (socialista) rompeu não apenas a cadeia de dominação da classe burguesa como possibilitou ao Estado Operário dar início ao rompimento da cadeia de todas as formas de opressão que dela derivam - entre elas, a da mulher. Dizemos dar início porque a igualdade política conquistada não se converteu imediatamente em igualdade social. Os bolcheviques tiveram claro que real igualdade política de-

pende da igualdade social. Mas a igualdade política das mulheres no processo revolucionário é fundamental para avançar no terreno da igualdade social. O atraso econômico e social da Rússia não permitia que as forças produtivas dessem um salto em seu desenvolvimento sob as novas relações de produção. Condição para dar um profundo golpe na estrutura patriarcal da família e avançar para uma forma superior. Assim como a revolução iniciou um período de transição para o socialismo, iniciou também a transformação da família fundada na sociedade de classe. As dificuldades e obstáculos em superar as relações econômicas herdadas do capitalismo e mesmo da servidão (herança agrária, família camponesa) demonstraram concretamente que as mulheres continuavam presas à opressão. A família como unidade econômica das relações de produção baseada na exploração do trabalho mantinha os laços de servilismo da mulher.

No início das transformações socialistas, instaurou-se uma avançada discussão no seio das organizações soviéticas e do partido bolchevique sobre as medidas que protegiam as mulheres da velha opressão de classe, que as impulsionavam à luta política e que promoviam mudanças na mentalidade patriarcal dos homens. Não perdendo de vista que somente a reorganização da economia sobre novas bases permitiriam arrancar progressivamente as massas femininas de sua condição de força social presa à tradicional família (economia doméstica - unidade econômica na sociedade de classe calcada sobre o trabalho da mulher), colocou desde as primeiras horas da revolução uma lei de proteção das mulheres e dos filhos. O Estado operário garantia não somente o direito da mulher de se separar do marido, como lhe dava amparo para a decisão. O alcoolismo foi identificado como um dos fatores importantes para as maléficas atitudes dos homens no seio da família. Havia que encarar-lo como uma doença social contraída principalmente pelos homens e que recaía duramente

sobre a mulher e os filhos. Um grande obstáculo a vencer era o poder da religião sobre as mulheres, principalmente sobre as camponesas. Em particular, iniciou-se o combate à prostituição. Essa chaga milenar encontrou um lugar de destaque no capitalismo. A mercantilização do corpo da mulher expressa o alto grau de opressão sobre a mulher. O aborto, por sua vez, foi descriminalizado, considerado uma decisão da mulher e protegido como necessário para a sua saúde. Muitas dessas deformações já haviam sido identificadas no capitalismo avançado, mas jamais puderam ser resolvidas, quando não agravadas.

Para a revolução proletária, de conjunto, tais mudanças deveriam ser tomadas como uma tarefa de primeira ordem pelo Estado socialista. Era preciso combater a opressão identificando os fatores e relações materiais e ideológicas que impunham às mulheres uma posição social de inferioridade. Despertar as mulheres como força viva da construção socialista se tornou uma tarefa estratégica. Não se poderia dar um passo na transição do capitalismo sem modificar a velha família. A revolução despertou o interesse para todo tipo de grilhão que prendia a mulher à casa, que impossibilitava seu desenvolvimento integral e que a mantinha sob a guarda do chefe de família. Uma das medidas estruturais, nesse sentido, consistia em romper o círculo fechado da família, que Engels definiu como “administração doméstica privada”, a qual fica a cargo da mulher e por meio da qual o homem exerce sua supremacia.

Com o fim da propriedade privada dos meios de produção e como o desenvolvimento das forças produtivas socialistas, criavam-se as condições para libertar a mulher dos serviços caseiros. Somente assim as mulheres se igualariam aos homens na função de realizar a produção social. Essa é a condição imprescindível para superar definitivamente o patriarcalismo e a opressão feminina. Os bolcheviques entenderam que algumas medidas de serviços sociais deveriam ser tomadas: restaurantes, lavanderias, creches, etc. coletivos, garantidos pelo Estado. Os marxistas sempre tiveram a clara ideia de que a família não será abolida por decreto, por atos de força. Será substituída por uma forma superior de relação entre a mulher e o homem, vinculados pelo laço da igualdade na produção social.

O ponto de partida para enfrentar as condições em que ocorre e se mantém a opressão está em identificar as causas. Tomar as consequências por causas conduz a erros e à ocultação dos fundamentos determinantes de classe. O aborto é traumático para a mulher, mas no mundo milhões recorrem a esse recurso dadas as condições sociais do capitalismo. A religião, no entanto, trabalha incessantemente para criminalizar e manchar a honra da mulher desesperada. Identificar a causa e não jogar a polícia sobre a mulher. Remover a causa para que a decisão do aborto seja puramente um ato de consciência e possa ser dissuadido. A defesa da maternidade – função que a natureza conferiu à mulher – é decisiva para a luta contra a opressão. No capitalismo, está em choque com suas obrigações sociais. A dupla jornada de trabalho – dentro e fora de casa – sacrifica a maternidade. Está em conflito com a função que a natureza conferiu à mulher. Igualdade e proteção da maternidade estão intimamente vinculadas. Não pode haver uma sem a outra.

Os progressos programáticos, teóricos e práticos sobre a tarefa histórica de emancipação da mulher foram atravancados pelo estalinismo e, finalmente, pela restauração capitalista em curso. O processo contrarrevolucionário confirma a tese marxista de que não haverá igualdade entre homens e mulheres na sociedade de classes. Os adversários da luta revolucionária valem-se da acusação de que as revoluções não realizaram a igualdade de “gênero”. Passam a borracha sobre a extraordinária experiência do início da Revolução Russa, menosprezam as conquistas reais e desconhecem a regressão encabeçada pelo terrível estalinismo. Mas o essencial não se encontra na ignorância e na mentira dos adversários, mas nas ilusões que o feminismo burguês

e pequeno burguês promove entre as massas, com a ajuda do Estado, dos sindicatos burocratizados e das correntes reformistas.

Os retrocessos nas revoluções e nas conquistas do proletariado mundial abriram caminho para todo tipo de oportunismo. A ONU tomou para si a questão da mulher. Sob a máscara da promoção da igualdade e fim da violência no seio da família, patrocina organizações feministas, cuja função é a de canalizar a revolta dos explorados para soluções parlamentares, judiciais e educacionais. As formulações sobre “gênero” e “machismo” são produto da política burguesa voltada especialmente às mulheres. Contrapõem-se à luta de classes. Substituem-na por luta entre gêneros. Esse é sentido real da bandeira de combate ao “machismo” e a “sociedade machista”.

Não faltam esquerdistas para fazer a impossível junção das teses do feminismo pequeno-burguês com as do marxismo. Metem-se na mesma trincheira da criminalização e da suposta educação antimachista, sem que se removam as causas. Subordinam as reivindicações econômicas, políticas e sociais das mulheres à luta contra o “machismo”, segundos os preceitos da pseudo teoria de que existem específicas “relações sociais de gênero”. Relações que se manifestariam indistintamente em todas as classes sociais e que devem ser tratadas como manifestação da subordinação da mulher na cadeia de opressão machista. Rechaçam-se as premissas do marxismo de que o domínio social do homem sobre a mulher é produto da sociedade de classes, da constituição da família patriarcal, monogâmica e da administração doméstica privada. Suas mudanças seguiram as transformações das arcaicas sociedades de classe para a mais avançada possível – o capitalismo. No entanto, o fato da indústria explorar a força de trabalho feminina não eliminou as suas funções domésticas. Não destruiu a sua dependência à economia privada familiar e não possibilitou a igualdade de condições com o homem. Eis a síntese de Engels: “A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica – patente ou oculta – da mulher, e a sociedade moderna é uma massa composta pelas famílias individuais, que são suas moléculas.” Essa é a fonte de toda violência sofrida pela mulher. Suprimindo-se a supremacia econômica do homem, será suprimida a dependência e a subordinação da mulher em todos os aspectos da vida social.

É bom que o Dia da Mulher sirva para pôr às claras a incompatibilidade das teses marxistas sobre a opressão feminina com as do feminismo burguês e pequeno burguês. Não se trata de desconhecer os progressos obtidos pelo movimento democrático na identificação das violências sofridas pela mulher no seio da família e no plano da legislação. A Lei Maria da Penha estabelece uma série de medidas de proteção contra a brutalidade dos parceiros, que reconhecidamente não são devidamente concretizadas pelo Estado. Agora Dilma Rousseff sancionou a lei do “feminicídio”, seguindo o exemplo de outros países. No entanto, nem a criminalização da violência de “gênero”, nem a implantação da educação contra o “machismo” tocam nas causas da opressão.

No momento em que o movimento operário assumir o programa de emancipação da mulher despertará nas massas femininas o sentido da luta. A organização da vanguarda feminina proletária é um passo decisivo para propagandear, agitar e desenvolver o programa que defende de fato as mulheres e que conduz à destruição da sociedade de classe. Uma das tarefas imediatas é assimilar as experiências da luta revolucionária, compreender e aplicar as teses do marxismo. O feminismo burguês e pequeno burguês deve ser duramente combatido. O movimento democrático da pequena burguesia deve ser apoiado naquilo que expressa a real proteção da mulher, a rejeição da dominação do homem e os preconceitos. O desenvolvimento de um movimento proletário de defesa da mulher poderá colocar atrás de si as massas femininas da pequena-burguesia e superar as posições do feminismo burguês.

Ato do dia da mulher em São Paulo: feminismo pequeno burguês é incapaz de travar a luta efetiva contra a opressão à mulher

A manifestação convocada para a Avenida Paulista contou com participação das correntes feministas dos partidos de esquerda e manifestantes de movimentos dos sem teto. O ato se deu sob as bandeiras de exaltação da regulamentação do feminicídio e da reivindicação de 1% do PIB para medidas de proteção à mulher.

Assim, o protesto não se chocou com governo e capitalistas. Ações como o seminudismo ou batucadas entoando a homossexualidade chocam os setores conservadores da sociedade, mas não têm repercussão para combater de fato a opressão sobre a mulher.

Não se convoca para luta as que padecem com falta de creche, emprego, duplas jornadas de trabalho, falta de moradia, salário desigual, violência de todo tipo.

O ato expressava essencialmente o caráter pequeno-burguês do feminismo, alheio às questões das mulheres da classe operária e demais oprimidos que sentem o peso da opressão de classe capitalista. As bandeiras levantadas neste ano se concentram em dois pontos: aumentar a penalidade sobre crimes de homens contra mulheres e garantir verbas do estado capitalista para que ele atue na educação e coação dos homens que oprimem as mulheres.

A maior dureza das penas não reduz a violência social. Se reduzisse, então valeriam as teses que apregoam maior dureza na aplicação das leis para reduzir a violência em geral. Seria possível reduzir a criminalidade com penas mais duras, redução da maioridade penal etc. Seria possível reduzir o tráfico de drogas com mais repressão. A violência das torcidas com mais polícia. Mas sabemos que todas essas medidas são inúteis diante da violência social. Servem de cortina de fumaça para encobrir o que de fato acontece: a decomposição do capitalismo aumenta a violência e a opressão de classe e, com ela, aumentam todas as manifestações de violência social, inclusive a violência contra a mulher.

O aumento de verba para supostamente combater o machismo não reduzirá a opressão à mulher. O Estado burguês é instrumento da ditadura de classe da burguesia. Garante repressivamente a opressão de classe, que é a base material da opressão à mulher. Não virá do Estado burguês a efetiva defesa da mulher contra a opressão e a violência.

A opressão à mulher nasceu com a propriedade privada e



com a opressão de classe. As diferentes sociedades de classe que se sucederam mudaram as formas de opressão sobre a mulher, mas não sua essência. O patriarcalismo foi preservado no capitalismo, e com ele a submissão da mulher e sua dependência do homem na relação familiar. Sob o capitalismo, não haverá a libertação da mulher, porque se baseia na propriedade privada dos meios de produção e na exploração e opressão de classe, base de todas as demais formas de opressão existentes. A decomposição capitalista tende a aumentar todas as formas de opressão. As políticas que se colocam por tentar amenizar a opressão sobre a mulher por meio da coação e educação do homem concluem inevitavelmente ajudando a encobrir a realidade: o aumento da violência contra a mulher decorrente do aumento da opressão de classe.

Temos que convocar atos massivos como foi o do dia 8, mas que levantem as bandeiras de efetiva defesa das condições de vida da maioria das mulheres. Faltaram as bandeiras que expressam a luta contra a opressão da maioria das mulheres, como trabalho igual salário igual (e que atenda todas as necessidades, para se livrar da dependência financeira com a família, que a faz refém de violência doméstica e de não ter autonomia sobre seu corpo), direito ao aborto, etc. Falta que a luta das mulheres seja parte da luta geral dos explorados contra os exploradores e seus governos. Falta apontar que somente sob o socialismo será possível avançar para a eliminação definitiva de toda forma de opressão, aí incluída a da mulher. A revolução proletária é condição para avançar nesse sentido, e a luta contra a opressão à mulher deve ser parte dela.

Organizadores do ato das mulheres vetaram a fala das mães do Vila Bela

A manifestação da Av. Paulista foi organizada pelas Centrais sindicais, partidos de esquerda, movimento estudantil e por moradia. A comissão de mães da Vila Bela pediu o direito de falar no ato, mas foi impedida.

São direções burocráticas. Cortam o direito de expressão do movimento de mães. Fazem do ato uma tribuna para a

pequena burguesia lamentar a violência sobre as mulheres. A Corrente Proletária denuncia o autoritarismo dessas direções. Defende o direito de manifestação a todos os trabalhadores que estão na luta contra a exploração do trabalho, a precarização da saúde, educação, como é o caso das mães de Vila Bela.

Encontro de mulheres da Apeoesp - apoio ao governo Dilma/PT

O II Encontro de Mulheres da APEOESP (sindicato dos professores da rede estadual de ensino do estado de São Paulo) ocorreu no dia 7 de março.. Contou com aproximadamente 100 delegadas. A delegação representada pelo interior do estado, região controlada pela burocracia da APEOESP, era majoritária. Portanto, a maioria presente errada corrente política Articulação Sindical/PT, que dirige a maioria das subseções do interior.

A Oposição compareceu de forma minoritária. Assim, as “mulheres da Articulação sindical” transformaram o Encontro em apoio ao governo Dilma e na defesa do ato convocado pela CUT no dia 13 de março. Utilizam o argumento de que estava sendo gestado pela direita um golpe. Toda intervenção que questionava o governo Dilma era rechaçada pelo plenário. O PSTU usou o Encontro para propagandear sua campanha de 1% do PIB para a luta contra a opressão das mulheres.

As conclusões são: 1) não houve empenho da Apeoesp de realizar um encontro massivo, com discussão sobre as diferentes posições sobre a opressão da mulher; 2) não houve democracia sindical. As intervenções se limitaram aos delegados

inscritos (2 por subseção); 3) predominou a despolitização; 4) foi usado para reforçar a convocação do ato de apoio ao governo Dilma, convocado pelo PT, CUT, UNE e seus aliados.

O POR interveio com seu manifesto (publicado neste Jornal) e com a divulgação de materiais políticos. O Encontro confirmou a necessidade do combate intransigente contra o feminismo pequeno-burguês. A burocracia sindical e toda laia de reformistas dele se valem para acobertar as raízes da opressão sobre a mulher. São adeptos do capitalismo e, portanto, serviais da grande propriedade dos meios de produção e da estrutura familiar patriarcal que dela faz parte. Apregoam o fim da violência e da opressão contra a mulher sem combater a exploração do trabalho e o domínio da burguesia. Querem fazer crer que com as leis especificamente voltadas à punição dos agressores as mulheres serão protegidas. Não medem esforços para convencer as mulheres de que pela via da punição e da educação burguesa, sob a guarda do Estado, se porá fim à “violência de gênero” e ao “machismo”. O POR com o manifesto contrariou o circo montado pela burocracia petista.

No capitalismo não há lugar para a emancipação da mulher.

A burguesia e seu Estado não podem acabar com a opressão e discriminação. O feminismo de classe média mostrou sua adaptação e impotência.

A tarefa das mulheres revolucionárias: trabalhar pela unidade dos explorados e construir o partido da revolução proletária

Entra dia e sai dia sem que as mulheres vejam um sinal de que a burguesia tenha dado um passo para eliminar de fato a opressão. Ao contrário, não faltam iniciativas para obscurecer as raízes da subordinação, da discriminação e da violência na família que as atingem. Vários são os organismos estatais (parlamentares e executivos) e organizações que agem para desviar a atenção das mulheres sobre as causas de sua tragédia. Estruturou-se um movimento feminista de classe média com o objetivo de obter leis, algumas reformas sociais e dotar o aparato do Estado de instituições que respondam especificamente aos horrores vividos pelas mulheres, especialmente em suas relações familiares.

O pressuposto do feminismo burguês é de que a opressão sobre a mulher não tem nada a ver com a divisão de classe do capitalismo e que se manifesta em razão da supremacia do homem. O “machismo” foi assim conceituado como uma particular relação entre o homem e a mulher à margem das relações capitalistas de opressão social e da luta de classes. A noção de “sociedade machista”, manejada para generalizar a suposta opressão do homem em geral à mulher em geral, oculta a sociedade de classes, fonte de toda forma de opressão. Não por acaso, o movimento feminista pequeno-burguês se limita ao objetivo de melhorar as condições de existência e de participação democrática das mulheres no capitalismo. Se fosse possível, sem dúvida, seria progressivo.

A redução da opressão sobre a mulher ao “machismo” leva o feminismo a procurar a solução na intervenção do Estado burguês. Duas medidas se combinariam: a criminalização e a educação. Supõe-se que a tipificação da violência contra a mulher como uma ação “machista”, a adoção de uma severa penalidade e um empenho institucional para mudar a mentalidade machista dos homens abririam caminho para a igualdade e o fim da discriminação. De maneira que o Estado se encarregaria de intervir no brutal conflito cotidiano entre os homens e as mulheres. A repressão acabaria com a impunidade e a educação civilizaria os homens desde o berço, passando pela escola e se completaria em toda a sociedade.

A legislação tem sido mudada quanto a aspectos discriminatórios. A Lei Maria da Penha foi saudada como instrumento que assegura a proteção da mulher. Constituiu-se uma CPI da Violência Contra a Mulher. Senadores e deputados concluíram que os bárbaros assassinatos, espancamentos e mutilações físico-psicológicas de milhares e milhares de mulheres continuam a ocorrer. A explicação é a de que o Estado não está cumprindo devidamente a Lei Maria da Penha. Não aplica rigorosamente a repressão judicial e policial, ou seja, não vai às últimas consequências com a criminalização. Os defensores da intervenção do Estado entre a “guerra” do homem contra a mulher não têm como explicar o fracasso da famosa Lei.

A Câmara dos Deputados entregará no dia da mulher um

presente às feministas. Aprovou o projeto que eleva o assassinato da mulher no âmbito das relações familiares à categoria de “feminicídio”. A pena será maior do que a de um assassinato provocado por um estranho. A distinção entre assassinato no âmbito familiar e externo a ele é considerada como punição mais dura e exemplar por se tratar de crime machista. A radicalização na lei tem o mérito de mostrar a falência da burguesia e seu Estado em estancar a crescente violência que sofre a mulher no lar, que chega ao extremo do elevado número de assassinatos (uma média de 5 mil por ano). Em nenhum caso de distúrbio social, o recrudescimento da punição trouxe solução. Os reformistas contentam-se em advogar a diminuição em alguns pontos da escala que mede o número de mulheres que perdem a vida no seio das relações familiares.

A ferocidade da lei nunca estancou a violência que emana da cadeia de exploração e opressão capitalistas. O “feminicídio” se assemelha à campanha reacionária de setores da burguesia e da classe média de que chegou a hora de modificar o código penal quanto à idade do infrator para ser processado e preso. Os defensores de que os adolescentes a partir dos treze anos estão aptos a pagar com a prisão, justificam o aumento da criminalidade com a tese da impunidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente vem sendo considerado uma trava para o Estado agir com mais dureza contra os jovens que são arrastados para a criminalidade. Na realidade, a burguesia não pode proteger as crianças e os adolescentes, uma vez que exploram e jogam na pobreza a maioria das famílias de trabalhadores. O argumento para a adoção do “feminicídio” e da “redução da maioridade penal” é o mesmo, para fenômenos sociais cujas diferenças não são de essência.

A proposição de que o “machismo” tem raízes culturais e que com a educação é possível inculcar nos homens o sentido da igualdade de condições e de respeito mútuo não passa de um espectro, de palavreado vazio de sentido real. Não se muda a mentalidade sem mudar as bases materiais que, em última instância, a condicionam. Ou seja, sem mudar as relações econômicas e sociais das quais emana a opressão sofrida pelas mulheres (podemos acrescentar, sofridas pelas crianças, negros, homossexuais). Sob a máscara do idealismo cultural, se ocultam a exploração, o desemprego, a miséria e a decomposição geral do capitalismo. O que resta, de fato, às feministas é exigir da burguesia que recrudescer a criminalização.

A esquerda centrista disfarça suas posições reformistas com o argumento de que há uma relação entre o machismo e a opressão de classe. Declara que somente no socialismo se extinguirá a supremacia do homem sobre a mulher. No entanto, segue como ala esquerda do feminismo pequeno-burguês. Coloca-se no mesmo terreno da criminalização e da educação antimachista, adornando-o com o socialismo abstrato. Não levanta a luta para colocar o movimento feminista da pequena-burguesia sob a política e a direção da classe operária. Nega-se a desenvolver a estratégia da revolução proletária, razão pela qual é necessário organizar as massas femininas.

O domínio do movimento pequeno-burguês feminista evidencia a ausência da organização das mulheres proletárias. Um dos pilares de sustentação do capitalismo se edifica sobre a submissão político-ideológico das massas femininas à dominação burguesa. Grande parte está ausente do movimento

operário e sindical. Mais ainda da luta partidária. Devido à ausência do partido revolucionário implantado no proletariado, não tem como emergir do seio das mulheres exploradas uma vanguarda consciente que impulsione a luta estratégica por sua emancipação como parte da revolução. A brutal opressão material e mental as mantém adormecidas.

A crise de direção revolucionária bloqueia a constituição de um movimento das massas femininas proletárias e impossibilita dar uma perspectiva classista para o movimento pequeno-burguês contra a opressão que em particular recai sobre as mulheres. As transformações das atitudes opressivas e da mentalidade do homem diante da mulher, porém, dependem destas romperem os laços de dominação burguesa e assumirem o seu lugar de força social na revolução proletária. Somente poderão tomar essa tarefa em suas mãos despertando a consciência para a construção do partido e ocupando trincheiras na luta geral do proletariado.

É demasiadamente conhecido o fardo que as mulheres proletárias, camponesas pobres e pequeno-burguesas arruinadas carregam em suas casas e no trabalho. Também não faltam reivindicações contra a dupla jornada, os salários menores para a mesma função e em defesa das condições de trabalho, da aposentadoria, da proteção à maternidade. Dizem respeito à exploração capitalista da força de trabalho feminina. Há outras que não parecem diretamente vinculadas à exploração: o aborto, a violência no lar, os assassinatos, os estupros, a prostituição, as discriminações e escravidões sexuais, as recriminações morais, a marginalização social, etc.

Não se pode pôr de lado – como faz o feminismo pequeno-burguês reformista e centrista – a opressão mental. A religião é o ópio do povo, como definiu o marxismo. As mulheres são intoxicadas e educadas a serem instrumentos ideológicos da dominação, justamente quem sofre com a antiga escravidão do lar, com o servilismo e com as reacionárias relações sociais e econômicas que se materializam no seio da família. Não se deve ocultar a violência ideológica que mutila as faculdades intelectuais de boa parte das mulheres. E não desvincular a opressão sobre a mulher da ação das igrejas. O direito ao aborto é ferozmente combatido por seus representantes. A discriminação e o ódio aos homossexuais são promovidos abertamente pelos evangélicos. É necessário combater concretamente o obscurantismo religioso. Por meio das reivindicações, dos métodos de ação e de organização coletivos, abre-se caminho para a emancipação política das mulheres exploradas, que darão força e unidade ao movimento revolucionário do proletariado.

A cada passo das massas femininas em direção ao movimento revolucionário de combate ao capitalismo e pelo socialismo, haverá progressos no objetivo de libertação de todos os explorados, condição histórica necessária para a emancipação da mulher e a conquista da igualdade definitiva. Evidentemente, não se pode desconhecer ou saltar os problemas vividos no dia a dia pelas massas femininas. O programa de reivindicações transitórias do proletariado inclui aquelas que correspondem à particular situação da mulher. O marxismo rechaça a ideia reformista de que há problemas exclusivamente femininos, cujas soluções não dizem respeito aos explorados em geral. Não haverá uma só conquista das mulheres contra a opressão que não seja fruto da luta geral das massas e que não

esteja em choque com a ditadura de classe da burguesia. O que o movimento feminista burguês apresenta como progresso contra a violência e as discriminações “machistas” não passa de medidas legislativas e de ações institucionais que ocultam as raízes econômico-sociais da opressão e mantém as massas femininas submetidas ao moderno patriarcalismo capitalista.

O Partido Operário Revolucionário chama as mulheres oprimidas a se colocarem ao lado dos homens explorados em um só movimento de defesa da vida da maioria e pelo fim de toda forma de opressão. Chama a assumirem a causa mundial de todos os explorados e oprimidos. Chama a se colocarem ao lado das nações oprimidas contra as opressoras (o imperialismo). Chama a se colocarem sob o programa da revolução proletária.

Chama as massas femininas a rechaçarem o feminismo pequeno-burguês e centrista que opõem homens e mulheres oprimidos sob o rótulo do machismo. A rechaçarem a criminalização e a educação burguesas como a via de defesa das mulheres contra seus agressores. A se organizarem em comitês de autodefesa e em assembleias populares que indistintamente organizem mulheres e homens em luta contra a exploração capitalista, a miséria e a fome. Somente os explorados orga-

nizados podem responder a todas as formas de violência que emana do capitalismo em decomposição.

Chama as exploradas a lutarem por um plano de reivindicações gerais: salário mínimo vital de R\$ 4.600,00; emprego a todos implantando a escala móvel das horas de trabalho, estabilidade no emprego, reajuste automático dos salários aplicando a escala móvel de reajuste;

A lutarem pelo fim da dupla jornada, pela aplicação do princípio de trabalho igual, salário igual, jornada compatível com a função materna, licença maternidade ampliada, amparo aos filhos, previdência por tempo de trabalho;

A combaterem pelo direito incondicional ao aborto, à assistência e aos cuidados médicos. A rechaçarem a hipocrisia da religião de direito à vida.

Viva a luta revolucionária das mulheres pela sua emancipação e de todos os explorados!

Construamos o Partido Operário Revolucionário internacionalista.

Somente haverá emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores se as massas femininas se lançarem no campo da revolução proletária.

Mercantilização da Saúde

O Partido Operário Revolucionário lançou, em fevereiro, o folheto: “A mercantilização e desnacionalização da saúde no Brasil”. Está dividido em duas partes: A primeira contém três itens (pontos para um programa proletário para a saúde, as condições de trabalho e as reivindicações dos trabalhadores da saúde e a reforma sanitária brasileira); a segunda, os anexos (política do governo federal para a saúde, “Mais Médicos” e contra a privatização dos hospitais universitários: Fora EBSERH). Trata-se do esforço da militância em avançar na elaboração do programa proletário para a saúde.

Destacamos algumas passagens:

“Do acesso à saúde pública depende a vida dos explorados. Porém, ao se tornar mercadoria, quem pode ter acesso aos tratamentos adequados é quem pode pagar. Quem não pode, morre nas filas ou carrega as sequelas decorrentes do atraso no diagnóstico e tratamento” (...)

“O que para os oprimidos é um pesadelo, para os capitalistas é um ramo lucrativo” (...).

“Os governos do PT comprovaram a tese, se submeteram plenamente à indústria farmacêutica, fornecedores de equipamentos, rede hospitalar privada e grandes corporações que lucram vendendo saúde”. (...) Dilma, no dia 20 de janeiro de 2015, sancionou a lei 13.097, que permite que empresas e capitais estrangeiros instalem, operem e explorem clínicas e hospitais” (...)

“É comum ouvirmos a bandeira “saúde não é mercadoria”, mas apenas o marxismo apresenta como a saúde dei-

xará de ser mercadoria. Não é só com mais orçamento. É necessário expropriar o setor privado de saúde, sem indenização, e criar um sistema único de saúde, integralmente público, gratuito e sob o controle operário. Esta é a bandeira que liga a defesa da vida dos explorados com a necessidade de expropriar os capitalistas por meio da revolução social” (...)

“A defesa da saúde pública para ser consequente se choca com as multinacionais e os grupos monopolistas. Terá de derrotar a política privatista do governo e a colaboração das burocracias sindicais. Não há como reformar progressivamente o sistema de saúde no interior do capitalismo em decomposição.

As reivindicações quanto ao direito à saúde estão ligadas à tarefa histórica de destruir a sociedade de classe, transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social (coletiva)” (...)

“Por um programa proletário para a saúde. Um programa que vincula as reivindicações mais sentidas das massas com a estratégia da revolução proletária”. (...)

Entregamos aos trabalhadores e à militância este folheto como instrumento de luta contra a barbárie capitalista e por sua superação. O POR alcançou a plena consciência de que é preciso forjar-se como programa no seio do proletariado e demais explorados. As respostas aos grandes problemas que afligem a maioria oprimida fortalecem as bases programáticas e permitem forjar a fração revolucionária.

A MERCANTILIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Lutar pela expropriação do sistema privado, sem indenização, e criação de um sistema efetivamente único, público, gratuito e sob controle operário



Partido Operário Revolucionário



Curso de formação política sobre o trotskismo

No dia 1º de março, o POR realizou em São Paulo mais uma atividade de seu curso de formação política, curso realizado com disciplina militante há cerca de duas décadas. O debate desse domingo se deu ao redor do texto “Carta Aberta pela criação da Quarta Internacional”, redigido por León Trotsky em maio de 1935. O encontro constituía uma continuidade da série iniciada no segundo semestre de 2014, sobre a história do trotskismo.

Os estudos anteriores, que partiram do folheto Novo Curso (1923), demonstraram a posição assumida por Trotsky em relação ao processo de degeneração burocrática que tomava conta do partido bolchevique, da III Internacional e da URSS. A luta interna contra a camarilha dirigida por Stalin mostrou-se muito dura desde o começo. Com Lenin fora de combate, a ofensiva se acirrou ainda mais. Os efeitos nocivos da absorção da chamada velha guarda bolchevique ao Estado operário passaram muito rapidamente para uma deformação do programa marxista, com a tese do socialismo num só país. Sobreveio uma perseguição implacável a todos que se achavam ao lado de Trotsky, o qual concluiu expulso do partido e da URSS.

A Oposição de Esquerda Russa e depois a Oposição de Esquerda Internacional mantiveram até a ascensão de Hitler na Alemanha (1933) a posição de atuar como fração, isto é, intendendo reformar a Comintern. Consideravam que seria possível ainda resgatá-la como instrumento em favor da estratégia da revolução proletária. Diante da capitulação frente ao nazismo, contudo, Trotsky e seus correligionários passaram à defesa enérgica da necessidade de construir uma nova Internacional. A traição profunda diante da iminente barbárie de uma nova guerra revelava a morte do partido mundial forjado tão pouco tempo antes, logo após a revolução de outubro.

A *Carta Aberta* de 1935 possui esse valor histórico. Principia por um breve balanço da atuação desastrosa da direção estalinista nos diversos processos revolucionários daquele período (Áustria, Espanha etc.). As repetidas menções à intervenção da II Internacional durante os mesmos acontecimentos servem para desnudar o quanto haviam se aproximado politicamente em um aspecto essencial: o papel contrarrevolucionário que desempenharam ao romperem a independência de classe do proletariado. A Internacional estalinizada acabara de abandonar sua fase ultra-esquerdista do Terceiro Período e passara à

política das Frentes Populares, que implicava a submissão da classe operária e seus partidos às burguesias em cada país.

A completa ausência de democracia no interior dos PCs e da III Internacional evidenciava que haviam se tornado aparelhos inócuos do ponto de vista revolucionário. Os congressos não eram mais convocados e qualquer sinal de luta oposicionista era golpeado com a violência reacionária da burocracia.

Mas, o balanço das derrotas e dos retrocessos do ponto de vista organizativo não serviu para sustentar uma posição derrotista. Trotsky analisa cientificamente a situação, evidenciando o peso da crise do capitalismo na constituição de uma convulsão social, de onde provinham os diversos levantes em toda a Europa. A situação revolucionária que se abria colocava uma perspectiva clara de superação das direções apodrecidas das Internacionais segunda e terceira.

Nesse sentido, são especialmente importantes as referências de Trotsky à necessidade de preparar sistematicamente as condições para a vitória, ou seja, sem que se recorresse aos improvisos e falsos atalhos. Diz assim: “É necessário preparar a revolução mediante a incessante e implacável luta de classes, no curso da qual a direção ganha a confiança incontestável do partido, une a vanguarda ao conjunto da classe e torna o proletariado direção de todos os explorados da cidade e do campo”.

Tais formulações permanecem vigentes, especialmente após décadas de crise no movimento operário internacional, com a destruição da III Internacional, e com a impossibilidade da *Quarta* se converter numa direção mundial, sofrendo com os diversos revisionismos. Os variados agrupamentos, inclusive os que se reclamavam trotskistas, fracassaram justamente por negligenciarem a lição fundamental contida na *Carta Aberta* de 1935. Desviaram-se da tarefa de colocar em pé os partidos-programa.

A única exceção foi o POR boliviano que, apesar do isolamento e das enormes adversidades encontradas em sua história, soube transformar sua rica experiência em programa. No Brasil, o POR ainda se encontra em estado embrionário, mas tem se esforçado para se elevar à altura de sua organização-irmã boliviana, intervindo na realidade do país e buscando na tradição marxista-leninista-trotskista o arcabouço necessário para fortalecer seus quadros e superar seu atual estágio de desenvolvimento.

MASAS No. 2391 13-03-15 Preço Bs. 1 **POR**

Órgano central del Partido Obrero Revolucionario, sección del Comité por la Reconstrucción de la IV I

¡CONSUMADA LA TRAICIÓN!

EL INCREMENTO DE 8,5% A LA MASAS SALARIAL Y 15% AL MÍNIMO NACIONAL ES UN INSULTO A LA SITUACIÓN DE POBREZA DE LOS TRABAJADORES

PARA LOS RENTISTAS Y JUBILADOS NADA, ¡QUE LOS VIEJOS SE MUERAN DE HAMBRE!

CORRESPONDE ORGANIZAR COMITÉS INTERSINDICALES DESDE LAS BASES PARA RECHAZAR EL ACUERDO TRÁIDOR Y LUCHAR POR UN SALARIO QUE CUBRA EL COSTO REAL DE LA CANASTA FAMILIAR

¿HASTA CUANDO HEAMOS DE SOPORTAR ESTE SISTEMA BURGÜÉS (CAPITALISTA) QUE PARA SOBREVIVIR TIENE QUE MATAR DE HAMBRE AL PUEBLO TRABAJADOR?

¡ALTO AL DESPILFARRO DEL GOBIERNO LACAYO DEL IMPERIALISMO Y DE LOS EMPRESARIOS!

4 Masas No. 2391 13-03-15

Órgano del PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO de Argentina Sección del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

¡NO SOMOS NISMAN!

Nisman era un hombre subordinado a los servicios de inteligencia locales, de EE.UU. y de Israel.

Antos atentados no pueden entenderse sin la investigación política comprometida de la acusación.

No operaba a espaldas del Gobierno, se al margen del papel que ocupa Israel en Oriente Medio, una plataforma terrorista para agitar militancia a todos los oprimidos de la región.

Todos los gobiernos han encubierto el atentado a la Embajada de Israel y el atentado a la AMIA. Lo que les importaba era tener rápidamente un culpable que fuera funcional para los objetivos de EE.UU. e Israel. Cualquier avance serio

La tarea de investigar los atentados y el propio accionar de Nisman solo podrá ser llevada adelante por un verdadero Tribunal Popular, jamás por esta Justicia y el Congreso, cómplices hasta la médula de todas las políticas de impunidad.

ATAQUE EN FRANCIA: LA POSICIÓN DE LA CLASE OBRERA FRENTE AL TERRORISMO

ELECCIONES: LA POLÍTICA DE LA CLASE OBRERA ES DENUNCIAR EL CARÁCTER DE CLASE DE LA DEMOCRACIA BURGÜESA, QUE ES LA DICTADURA DE LOS PATRONES NACIONALES Y EXTRANJEROS

VOTO NULO PROGRAMÁTICO

REVOLUCIÓN Y DICTADURA PROLETARIAS

4 MASSAS EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DOPOBRO PROLETARIAS

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL ANO 20 - Nº 404 - 15 A 20 DE MARÇO DE 2015 - R\$ 3,00

Dia 13 de março, manifestação de PT e CUT em defesa do governo Dilma

Dia 15, manifestação do PSDB e Força Sindical contra o governo Dilma

Em defesa das reivindicações dos explorados e de sua independência de classe

Governo petista e oposição burguesa estão unidos na aplicação das medidas antioperárias contra as massas.

A defesa das reivindicações se choca contra o governo e contra a direita.

Por um Tribunal Popular, que investigue e puna os crimes da burguesia!

Oposição revolucionária a Dilma

TCR

Tendencia Clasista Revolucionaria

Sección chilena del Comité por la Reconstrucción de la IV I CERG!

PENTA y la política burguesa: Iconos de la CORRUPCIÓN Más IMPUNENTE!!



Contacto: masas@tcr.cl www.tendenciaclasistarevolucionaria.cl

¡DEFIENDA Lucha Obrero against information del Comité Constructor del Partido Obrero Revolucionario sección de Chile.

Nesta edição:

- Evo Morales (MAS) e os estalinistas do Partido Comunista (PCB) caçam direitos sindicais de dirigentes trotskistas
- Argentina: Acordos com a China provocaram uma disputa acirrada entre setores da burguesia
- Mais um passo da ofensiva diplomática dos Estados Unidos Sobre Cuba
- Venezuela: novo ataque do imperialismo contra a nação oprimida

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Bolívia

Evo Morales (MAS) e os estalinistas do Partido Comunista (PCB) caçam direitos sindicais de dirigentes trotskistas

Os dirigentes da Federação dos Professores de La Paz – os professores José Luís Álvares, Luis Copeticona, René Pardo e Samuel Amoragas – tiveram suspensos seus direitos sindicais por 15 anos. Boa parte deles, por toda a vida em função da idade que possuem. O professor Daniel Ordoñez, ex-dirigente da Federação de Oruro, recebeu a pena de expulsão da função docente. Os professores Vladimir Mendonza, Gustavo Sánchez e José Maria Mendonza, da Federação de Cochabamba foram punidos por 6 anos. Está à espera da nova sentença (já tinha sido sentenciado por 4 anos), o prof. Miguel Lora, também da Federação de Cochabamba. A única razão está em que esses dirigentes sindicais não se submeteram à reforma educacional do governo Evo Morales. Estiveram à frente das mobilizações e das greves para derrubar as medidas antieducacionais, anti-científicas e privatizantes do MAS.

Os representantes do governo e os dirigentes da Confederação (membros do Partido Comunista) agiram por meio do Conselho Nacional de Disciplina Sindical (um tribunal de inquisição), que tem a função de forjar provas para condenar dirigentes sindicais que não se curvam diante das medidas governamentais. O objetivo é o de suspender os direitos sindicais para que não possam exercer cargos de direção do sindicato, não possam participar de congressos da classe e de

assembleias. Pretendem arrancar dos sindicatos os dirigentes trotskistas, que estão na direção da Federação dos Professores ou fazem parte da corrente denominada URMA.

De nada valem as provas apresentadas pelos dirigentes sindicais de que sempre trataram com maior lisura os bens do sindicato, que se disciplinaram à democracia sindical, que asseguram os direitos de manifestação da minoria e que expressam rigorosamente os interesses dos trabalhadores. A sentença de punição já vem pronta do Ministério da Educação. O Conselho Nacional de Disciplina Sindical cabe unicamente reunir provas fajutas para criminalizar os professores e, assim, comparecer diante da população com ares de que todos tiveram o direito de defesa.

O fundamental está em que nenhuma punição irá frear a luta do magistério contra a reforma educacional do MAS. “Nenhuma medida que executa os oficialistas e seus lacaios que se autoproclamam como “comunistas” conseguirá extirpar a corrente revolucionária do seio do magistério”.

A Corrente Proletária na Educação/POR-Brasil denuncia a atitude criminoso do governo Evo Morales e de seu aliado, o PCB. Exige imediata anulação da punição aos professores. E defende a total liberdade de manifestação e expressão dos trabalhadores da educação.

O Partido Operário Revolucionário denuncia a violenta perseguição do governo de Evo Morales (MAS) contra os dirigentes trotskistas da Federação dos Professores de La Paz. E exige que imediatamente se suspenda as perseguições políticas.

Convocamos os sindicatos e as correntes de esquerda a se solidarizarem ativamente com a defesa dos dirigentes sindicais bolivianos.

Os processos sindicais contra os dirigentes da Federação de Professores de La Paz são políticos

Os sindicatos são instrumentos de luta e defesa das bases diante do patronato, do Estado e governo burguês. Em sua organização interna, deve existir a mais ampla democracia, isto é, liberdade de pensamento e luta ideológica de maneira livre e

fraternal. Ninguém pode ser perseguido por suas ideias.

O governo do MAS tenta destruir os sindicatos independentes e substituí-los por sindicatos burocratizados, semiestatais que atuam como órgãos de controle político sobre os traba-

lhadores: ou colaboram com o “processo de mudança”, ou são sujeitos a cruel perseguição.

Existem dirigentes sindicais presos por defender suas bases. No caso do magistério de La Paz, se instauraram processos sindicais. Estes “processos sindicais” são políticos, orientados a erradicar as ideias opositoras e revolucionárias no setor e disciplinar os professores de base no marco do interesse político do governo masista.

O tribunal de disciplina nacional do magistério, formado por oficialistas, emitiu sentença direta contra os dirigentes da Federação: sem audiências, sem provas, com documentação fajuta, etc.

Há que rechaçar esses métodos repressivos e gangsteris de maneira explícita e mobilizada para evitar que se generalizem. O governo e os burocratas da Confederação necessitam de dirigentes servis para aplicar a lei 070, a malha curricular, a carga horária e RM 001, instrumentos para reduzir os recursos públicos, reordenar, fundir e fechar Unidades Escolares.

Hoje, a defesa de nossas conquistas sociais (plano de carreira, salários, aposentadoria, maior orçamento para a educação, etc.) e a estabilidade no trabalho depende de uma direção sindical forte, provada na luta. A defesa da direção da Federação de La Paz é a defesa dos interesses das bases do magistério nacional.

Argentina

Acordos com a China provocaram uma disputa acirrada entre setores da burguesia

Ao contrário da afirmação da Presidente, nenhum investimento virá para a Argentina promover o desenvolvimento econômico. Quem empresta dinheiro o faz em seu próprio benefício, para seu próprio desenvolvimento. As condições que se impõem para fazer o “investimento” ou empréstimo lhe compensa fartamente. Em todos os casos é assim. Seja China, Estados Unidos, França ou quem quer que seja. Também foi assim com a Venezuela de Chaves.

Quando o país toma dinheiro emprestado no mercado financeiro deve pagar taxas de juros adicionais para compensar o “risco país” e mesmo assim é difícil conseguir empréstimo de longo prazo. Estes empréstimos se tomam aceitando a legislação dos Estados Unidos ou Inglaterra, o lugar que dá melhores garantias jurídicas aos agiotas. As agências de riscos internacionais são as que emitem as notas para aconselhar ou desaconselhar onde investir e que taxas de juros se devem exigir para compensar os riscos que correm os investimentos.

O governo pode pretender incrementar suas reservas mediante esses acordos, levando em consideração os pesados pagamentos da dívida que vencem este ano e a redução do superávit da balança comercial. É a sua resposta ao cerco do capital financeiro internacional buscando afogá-lo para chegar a um acordo incondicional com os abutres. A redução das reservas se deveu à incapacidade para impedir a fuga de divisas e pela monumental quantia que se usou para pagar a dívida externa.

Aprovou-se a Lei de Cooperação Econômica com a China com duração de 50 anos e outra para instalação de uma estação

A infâmia sanção de 15 anos ao professor José Luís Álvarez

O Conselho de Disciplina Sindical da Confederação do Magistério puniu um dirigente sindical do magistério boliviano, o professor José Luís Álvarez, executivo de La Paz, com 15 anos de sua pensão e de seus direitos sindicais, e a outros colegas urmistas, membros da referida Federação por serem opositores ao governo antieducação. Quem executa a punição? Um tribunal formado e manipulado pelos dirigentes do MAS da Confederação. Assim se cumpre o que há tempo havia denunciado a URMA, uma perseguição raivosa do masismo contra os revolucionários. Os professores organizados não permitirão semelhante atropelo.

O governo burguês fascistizante do MAS e seus serviços pretendem intimidar e calar os revolucionários com processos e perseguições.

A estes sem-vergonhas, oportunistas e rasteiros, dizemos que nossa luta para acabar com este governo entreguista e com o capitalismo putrefato não se encerrará, nem que tomem nossas vidas, nos prendam, nos processem e nos punam.

(extraído do Jornal Massas, nº 2390, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

espacial em Neuquén. A oposição e setores da indústria denunciam os acordos porque incrementariam a dependência e porque cedem a soberania. De Mendigurem disse que o governo está “entregando o futuro do desenvolvimento argentino”. Diz: “acreditamos que este acordo não muda em nada a estrutura produtiva argentina e a relação com a China. Hoje 85% do que vendemos a China é grão de soja e isto não garante que venha a mudar”. Os setores que mais rechaçam o protecionismo comercial tornaram-se protecionistas e defensores da soberania. O que está em jogo e por que mudaram de opinião?

Por trás da discussão está a pressão dos Estados Unidos, que vêm sendo deslocados do seu papel de amo e senhor das Américas e o lugar que vem sendo ocupado pela China. E setores como Techint/Tenaris que se veem ameaçados em sua posição como abastecedores privilegiados de aço pela concorrência do maior produtor mundial, a preços muito mais baixos. Em 10 anos, a China passou a vender 0,3 milhões de toneladas para 8 milhões de toneladas na América Latina, seu segundo mercado em importância. Setores empresariais poderosos vinculados à construção de represas temem ser substituídos por empresas chinesas. Mas, outros setores empresariais já se associaram e estão tirando vantagens das relações comerciais com a China. A petroleira chinesa Sinopec fez acordos com a YPF para explorar na Vaca Muerta. Outra petroleira CNOCC já estava associada com a Bidas dos Bulgheroni na Pan American Energy.

O acordo é negativo porque a Argentina continuará im-

portando mercadorias que podem ser produzidas no país e exportando matérias primas. É terrível que se importem massivamente vagões ferroviários, máquinas e até dormentes que poderiam fabricar-se perfeitamente desde há muito tempo no país, como tantos outros produtos que se fabricavam localmente. Este tipo de negócios condena o país ao atraso. Argentina precisa utilizar os excedentes que produz o comércio exterior para comprar bens de capital que não se produzem nem poderiam produzir no país, para desenvolver a indústria.

As centrais nucleares, as represas hidrelétricas, podem ser necessárias, mas devem ser parte de um plano harmônico de desenvolvimento do país, não para o desenvolvimento dos negócios das multinacionais, por exemplo da mineração, que consomem grande quantidade de energia. Deve estudar-se onde é mais conveniente, como aplicar a maior quantidade

de recursos locais, qual o impacto que produz sua construção. Questões que não podem ser consideradas por uma classe social parasitária, incapaz, corrupta que abandonou a solução das tarefas nacionais, seja quem for o partido dessa classe que esteja no governo.

Sempre se coloca como uma chantagem de que estamos obrigados a aceitar estes termos porque nunca temos divisas suficientes para encarar obras de grande envergadura. É o lamento permanente dos governos capitalistas. A classe operária no poder não permitirá a fuga e o desperdício de divisas, não pagará a dívida externa fraudulenta, e utilizará todos os recursos como alavanca para ajudar o desenvolvimento da economia.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 299,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Haiti:

Primeiro ministro é expulso do governo sob a pressão das massas

O primeiro ministro haitiano, Laurent Lamothe, demitiu-se neste domingo, 8 de março, em meio de uma crise política. Massivas mobilizações precederam a sua renúncia. Os manifestantes exigiram a saída do primeiro ministro e do atual presidente, Michel Martelly, acusados como responsáveis pela crise e carestia. O “comitê de crise”, formado há quase três meses, para avaliar o desenvolvimento da crise econômica e social no país, pediu sua renúncia. Foi mais um passo de uma série de manobras visando frear a mobilização popular. Junto a Lamothe, demitiram-se outros ministros.

O Haiti vem sendo sacudido há dois meses por vigorosos protestos. Trata-se da resistência das massas aos planos de ajuste, impulsionados pelo imperialismo. O protesto nacional que expulsou Lamothe foi o terceiro realizado somente em fevereiro. No dia 20 de janeiro, mesmo quando assumiram novos ministros, as massas tomaram as ruas contestando a extensa corrupção e responsabilizando o governo por incapacidade de resolver a grave situação da população. No dia 10 de fevereiro, foi paralisada a capital, Porto Príncipe, em resposta ao aumento da gasolina. No dia 26 de fevereiro, novas manifestações foram realizadas, desta vez contra os ataques racistas sofridos por haitianos na República Dominicana. A violência racial chegou ao ponto de se enforcar um haitiano na praça da capital, Santiago. Esses ataques contra os imigrantes do Haiti têm se espalhado por todo o continente. A grave crise econômica, social e política obrigou a uma fuga maciça da população haitiana a procura de trabalho, fugindo da ampla miséria.

As condições de miséria e opressão nacional vêm se aprofundando desde o terremoto de 2010, que matou mais de 300 mil pessoas e destruiu a moradia de aproximadamente 1,5 milhão de haitianos. Ainda existem por todo o país 123 acampamentos de refugiados, onde sobrevivem mais de 85 mil pessoas em péssimas condições de vida. Na esmagadora maioria desses acampamentos, os refugiados não têm água potável, nem eletricidade. Segundo a Anistia Internacional, mais da metade

desses não tem sequer banheiros nem vasos sanitários (quando há, é compartilhado por 82 pessoas). Passados cinco anos do terremoto, foram construídas apenas nove mil moradias: cerca de 324 mil pessoas foram localizadas (21% dos desabrigados no país), sendo que sobrevivem em barracos igual ou pior às tendas dos acampamentos.

O Haiti está devastado. As forças produtivas internas estão praticamente paralisadas. Os produtos de consumo básicos escasseiam e em grande parte são importados e em quantidades insuficientes e a preços exorbitantes (resultando em um lucrativo negócio para as camarilhas burguesas nativas e imperialistas). Isso quando o desemprego atingiu a casa de 45% da população e parte da força de trabalho migrou.

A crise política resulta da violenta acumulação de graves e profundas contradições sociais. Não por acaso, as mobilizações têm sido organizadas sob a bandeira de “*Fora o presidente Martelly*” e contra a *Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti* ou *Minustah* (a força militar da ONU que controla o país há mais de dez anos). Os Estados Unidos são os verdadeiros donos do país e o governo não passa de um títere do imperialismo. As massas sofrem na pele com mais de 10 anos de ocupação militar pela ONU. A *Minustah* é o instrumento para a repressão contra os movimentos populares. Inúmeras são as denúncias de estupros de mulheres e crianças. Semearam-se as torturas físicas e psicológicas. Ao longo destes anos, mais de 8 mil mortes. 90% da população exige o fim da intervenção imperialista. A ONU, no entanto, libertou de qualquer processo judicial por estupro, assassinato e outras atrocidades cometidas pelos “capacetes azuis”.

A ocupação militar de 2004, logo após o golpe contra o presidente Jean-Bertrand Aristide, eleito em 2001, foi liderado pelo imperialismo norte-americano, apoiado pela França e a Canadá. É preciso ressaltar que o Brasil, sob o governo Lula, serviu e serve ao intervencionismo imperialista. As forças de ocupação assumiram a responsabilidade do controle político e

social. Os monopólios se encarregaram da “reconstrução” material do país. Para reforçar seu controle, o imperialismo impôs uma reforma política que barrou a participação eleitoral dos partidos e as forças da oposição. A exemplo de *Fanmi Lavalas*, do deposto presidente Aristide.

Observa-se que a *Minustah* se constitui em um fator de primeira ordem para a manutenção das condições de opressão social e nacional. A camarilha governante e o imperialismo passam a imagem de que a ocupação é a única forma para se reconstruir o país. No entanto, a coalizão militar internacional serve para garantir a subserviência das camarilhas políticas do país, manter em pé o aparelho do Estado, a penetração dos capitais imperialistas nos ramos-chaves da economia nacional.

Os combates das massas nas ruas aos aumentos dos preços e aos ataques contra as condições de vida e trabalho, juntamente com o rechaço à ONU e suas tropas, são partes de um mesmo fenômeno: em seu desenvolvimento, enfrentam a repressão das forças de ocupação militar e as violentas medidas do Estado semicolonial. O movimento contra o governo se converte em um choque aberto da nação oprimida contra o

imperialismo e seus serviços. A crise política é mais um fator na cadeia do desenvolvimento da desagregação da nação semicolonial sob o choque das forças produtivas monopolistas com as fronteiras nacionais.

A ausência de um partido proletário impede transformar as condições de desagregação política nacional, as tradições históricas das lutas de libertação nacional e as periódicas revoltas dos explorados em movimento revolucionário pela tomada do poder e expulsão do imperialismo. Os levantes, sem dúvida, gestam uma vanguarda que pode assumir o lugar de uma direção revolucionária. O problema está em se desenvolver como força capaz de constituir o programa da revolução proletária. Essa contradição somente será resolvida com a iniciativa de construir o partido marxista. A expulsão do 1º ministro não modificará em nada a situação dos haitianos, caso as massas não tomem em suas mãos a tarefa de constituir um governo operário e camponês e impor a ditadura revolucionária à oligarquia. A expulsão do imperialismo e a independência nacional são necessárias para que se iniciem profundas transformações na base econômica do país.

Fora o imperialismo, fora o Brasil do Haiti

O Brasil, sob o governo Lula/PT, aceitou chefiar a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (*Minustah*). Passados dez anos, o país continua devastado e sua população imersa na miséria. Os recentes levantes contra o governo fantoche expõem a função contrarrevolucionária da intervenção imperialista promovida pelos Estados Unidos e organizada pela *Minustah*. Lembramos que o terremoto de janeiro de 2010 criou uma situação insustentável para as forças da ONU. Os Estados Unidos imediatamente enviaram milhares de soldados e passaram a comandar diretamente a intervenção. O fato mostrou que a *Minustah* é um braço do imperialismo e que o Brasil não chefiava absolutamente nada.

O governo Lula, que se utilizou da participação do Brasil para dizer que cumpria os objetivos humanitários da ONU, apenas se mostrou contrariado. O governo petista, independente do palavreado de ajuda e paz, serviu de instrumento

para a política mundial norte-americana, que se manifesta em toda a parte e, em especial no Haiti. As forças da ONU – no Haiti foi composta de 50 países – não têm nada de neutralidade e não servem a nenhuma causa nobre. É um aparato militar utilizado em determinadas condições para ocultar a ação do imperialismo. Acusamos o governo do PT de conivência com as forças de opressão nacional.

A classe operária brasileira não teve como compreender o significado da participação do Brasil no Haiti. Não pôde rechaçar o governo petista que se curvou diante da política da ONU. Isso por que ainda não tem o seu partido revolucionário amplamente constituído no seio das massas. Como se vê, a tarefa da vanguarda haitiana de construir seu partido é a mesma do Brasil.

Fora o imperialismo do Haiti! Pela autodeterminação do Haiti!

Cuba

Mais um passo da ofensiva diplomática dos Estados Unidos Sobre Cuba

Tanto o governo norte-americano quanto o cubano avaliaram como positiva a reunião realizada em Washington para tratar do assunto da abertura de embaixadas. A previsão é de que em abril as negociações poderão ser concluídas.

Um dos pontos fundamentais da discussão consistiu nos termos em que se dará o acordo. Os Estados Unidos exigem total liberdade de ação para seu embaixador. A imprensa referiu-se à divergência de interpretação sobre a Convenção de Viena que regulamenta os poderes e limites das embaixadas. Na realidade, o imperialismo não se sujeita a nenhuma condição desejada por uma semicolônia. É mais do que sabido que seu serviço diplomático serve de cobertura para a espionagem e para influenciar na política interna do país. A igualdade de condições é formal. Nenhuma nação atrasada, pobre e opri-

mida pode exercer qualquer ação interna aos Estados Unidos. A Convenção de Viena foi estabelecida pelas potências. As agências do imperialismo não estão impedidas de se servir da embaixada para acobertar o intervencionismo político interno. Observem-se os golpes militares na América Latina e se verá o quanto as mãos dos Estados Unidos manejam os acontecimentos. É falso de que se trata de interpretação da Convenção. A potência não admite nenhum obstáculo, mesmo que formal, ao intervencionismo político-diplomático.

No caso de Cuba, há a particularidade de que está em curso a restauração capitalista. O Partido Comunista Cubano e sua burocracia governamental seguem, ainda que tardiamente, o caminho da ex-União Soviética, Leste Europeu e China. A revolução resistiu ao brutal cerco econômico e militar dos Es-

tados Unidos por longo tempo, mas foi sendo sufocada. O castro-guevarismo que se sujeitou à burocracia soviética restauracionista não foi capaz de travar a luta revolucionária contra o isolamento e sucumbiu às pressões do imperialismo. A sua orientação para o foquismo (luta à margem do proletariado e da construção do partido revolucionário), entre os anos 60 e 70, confluiu com o impasse do nacionalismo burguês e impossibilitou definitivamente que a revolução cubana servisse de ponto de partida para a projeção do internacionalismo proletário na América Latina.

A iniciativa de Barack Obama de reatar relações com Cuba é parte do processo de restauração capitalista. Washington chegou à conclusão de que o momento é oportuno. A burocracia castrista está fregilizada. Fidel Castro já não precisa ser identificado com a revolução, Raúl Castro não tem o que perder com a traição e os novos burocratas há muito relegaram as heranças do passado revolucionário. O Partido Comunista não passa de um aparato burocrático do Estado, apesar de o regime ainda manter ascendência sobre a população. A restauração passou a ser a condição para manter o privilégio da casta estatal. O que resta da revolução não mais serve aos parasitas. Na reconstrução do capitalismo, continuarão a manejar o país.

A conversa de que o governo de Raúl Castro resiste a dar liberdade total à embaixada norte-americana não passa de máscara para os restauracionistas, que comprometem a independência nacional conquistada em janeiro de 1959. Josefina Vida, representante da Ilha, pleiteou que os Estados Unidos retirem Cuba da lista de países que apoiam o terrorismo. Considera que é uma “questão de justiça, já que Cuba nunca deveria ter sido incluída nessa lista”. Por seu lado, a negociadora norte-americana, Roberta Jacobson, considera que a questão dos “direitos humanos” deverá ser debatida no próximo encontro das duas delegações. O imperialismo que pratica a mais vasta opressão e mortandade que a história conheceu deve ser denunciado em todos os aspectos de sua política mundial, entre elas a de definir que país é ou não adepto do terrorismo.

O castro-guevarismo foi taxado de terrorista porque tentou promover guerrilhas na América Latina, desembocando no método foquista da luta armada. Apoiou organizações nacional-esquerdistas, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), no Brasil, que fracassou no propósito de organizar a guerrilha urbana e expandi-la para o campo. Os Estados Unidos, que já haviam tentado derrubar o governo de Fidel Castro com a invasão da Bahia dos Porcos, em abril de 1961, praticou todo tipo de atrocidade para esmagar a luta operária e camponesa. A CIA preparou uma força de cubanos contrarrevolucionários (que fugiram da revolução para a Flórida) para atacar e derrubar o governo revolucionário. A defesa da revolução passou a depender de seu avanço internacional, a começar pela América Latina. É disso que se trata.

O imperialismo taxou Cuba como país que apoia o terroris-

mo de acordo com o claro objetivo de promover a contrarrevolução. Lembramos que o golpe militar no Chile foi diretamente organizado pela CIA. Augusto Pinochet instalou um governo de brutal terror de Estado. O mesmo se passou na Argentina. A organização terrorista “Operação Condor” surgiu das iniciativas contrarrevolucionárias do imperialismo. A lamentação de Josefina Vidal de que os Estados Unidos devem tirar Cuba da lista de países terroristas por questão de justiça, portanto, acoberta a história da revolução em Cuba e da contrarrevolução latino-americana, incentivada, instruída e financiada pelo imperialismo.

No mesmo momento em que as delegações discutiam a abertura de embaixadas, os Estados Unidos lançavam mais uma ofensiva intervencionista no Oriente Médio para esmagar a milícia do Estado Islâmico e declaravam-se dispostos a armar o exército da oligarquia pró-imperialista da Ucrânia. Cuba estava sentada em Washington mendigando aos carneiros que façam justiça retirando-as da lista de terroristas. Sem dúvida, trata-se de uma abominável atitude servil. A burocracia castrista se empenha como um serviçal a restabelecer as relações com os Estados Unidos no momento em que o capitalismo afunda em sua crise estrutural e o imperialismo impulsiona as tendências bélicas.

Não se pode ocultar absolutamente nada sobre o processo de restauração capitalista em Cuba e poupar o regime burocrático da responsabilidade. O castro-guevarismo se conformou como resultante da fusão do nacionalismo pequeno-burguês com o estalinismo. Não poderia, portanto, combater pela revolução no campo do internacionalismo proletário. A ditadura burocrática se valeu das pressões e ameaças constantes do imperialismo e da heróica herança da revolução para esmagar qualquer possibilidade de surgimento de uma oposição marxista-leninista-trotskista.

Inviabilizada a revolução política, retrocedido o movimento revolucionário latino-americano e impulsionado o processo de restauração mundial, o imperialismo ganhou terreno e a contrarrevolução triunfou. É necessário, no entanto, resistir à queda de Cuba. A luta em nossos países para que o proletariado tome a frente da luta de classes e reaja contra a ofensiva do imperialismo é o caminho. A reconstrução da IV Internacional se mostra como necessidade vital para extrair as lições do processo de restauração e estabelecer um novo marco de recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. O marxismo-leninismo-trotskismo tem pela frente a nova etapa da luta de classes, que será cruenta. A contrarrevolução se identifica perante as massas como encarnação da barbárie. Estas estão obrigadas a recorrer à revolução. Deparam-se com a crise de direção revolucionária. Essa contradição terá de ser resolvida. A luta da IV Internacional contra a burocracia estalinista e restauração capitalista tem tudo para ser reerguida pelo proletariado mundial. Viva a revolução Cubana! Abaixo a restauração capitalismo!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Venezuela: novo ataque do imperialismo contra a nação oprimida

Só o proletariado organizado no campo da independência de classe poderá barrar a ofensiva imperialista

No dia 8 de março, Obama assinou uma “ordem executiva” que aponta a Venezuela como uma *“ameaça extraordinária e inusitada à segurança nacional e à política exterior norte-americanas”*. O governo dos Estados Unidos alega: *“erosão das garantias dos direitos humanos pelo governo, as limitações à liberdade de imprensa, o uso da violência e as violações dos direitos humanos nos protestos antigovernistas, quanto como a presença da corrupção pública e as prisões arbitrárias”*. O primeiro passo foi dado com a suspensão dos vistos e o bloqueio de ativos (financeiros, imobiliários, etc.) de sete funcionários militares e policiais venezuelanos nos EUA (a exemplo do ex-diretor da Guarda Nacional Bolivariana, Antônio Benavides, do diretor da inteligência do SEBIN, Gustavo Gonzalez, da promotora de justiça Katherine Harington e do diretor da Polícia Nacional, Manuel Pérez, dentre outros). Segundo o porta-voz do Departamento de Estado, Jen Psaki, a medida não objetiva *“promover perturbações na Venezuela (...) ou derrubar seu governo”*. Mas, *“persuadir o governo de mudar seu comportamento”*.

Nada mais falso! Na essência, a “ordem” é uma cobertura legal para o imperialismo intervir ainda mais na economia e na política do país. Certamente, não está colocada uma intervenção militar imediata. Mas, não pode se obscurecer que as tais “ordens executivas” já serviram para o intervencionismo contra governos e países semicoloniais que ensaiaram medidas de relativa autonomia, a exemplo da intervenção no Iraque e no Afeganistão. Ou seja: é mais um meio para contornar as trabalhosas negociações diplomáticas no Conselho de Segurança da ONU, onde os Estados Unidos enfrentariam o veto da Rússia e China. Assinalemos de passagem aqui que esse decreto permite impor novas sanções a quaisquer pessoas ou organização, fora ou dentro da Venezuela, inclusive aos governos aliados, que se coloquem no campo da defesa da soberania venezuelana ou dos funcionários punidos. Uma clara mensagem contra os governos que se atrevam a contrariar os EUA.

O chavismo respondeu prontamente às medidas. Foram expulsos do país parte da diplomacia norte-americana, acusada de ser ponto de apoio às medidas oposicionistas e ter apoiado o golpe denunciado por Maduro, “desarticulado” há duas semanas (ver Massas 493). E recorreu à Assembleia Nacional, onde foi aprovada uma Lei Habilitante para que o executivo possa concentrar em suas mãos os meios políticos, econômicos e militares para enfrentar uma nova agressão imperialista embora estejam limitados ainda às medidas econômicas e diplomáticas.

O imperialismo está obrigado a impulsionar as tendências intervencionistas na América Latina; em particular na Venezuela. A “ordem executiva” foi ditada, em última instância, pelas gigantescas contradições colocadas pela crise mundial do capitalismo, expressa na violenta disputa entre as potências pelo controle das fontes de matérias primas, das riquezas naturais e das rotas comerciais do mercado mundial. Isto é,

pelo acirramento das disputas pelo controle dos recursos e dos mercados.

A China foi o país que mais inversões diretas de capitais fez na região, para se prover e garantir as fontes de energia e minerais (Brasil, Argentina, Venezuela, etc.). A Rússia pretende ampliar seus investimentos financeiros e criar um campo de ação para suas indústrias em Cuba, Venezuela e, recentemente, na Nicarágua, onde se constituiria junto aos chineses no principal investidor do canal interoceânico que o governo nicaraguense planeja construir até 2025.

Os EUA pretendem reforçar sua influência militar e política no Caribe e na América Latina. O controle do continente é fundamental para garantir uma base de apoio em face à disputa na Ásia e no Médio Oriente. O controle sobre o petróleo venezuelano, dos minerais em Cuba, das vias marítimas e dos portos comerciais no Panamá, etc., visa a estrangular os abastecimentos para a Rússia e a China. Entre a “ordem executiva” e o avanço das relações Cuba-EUA há uma interdependência: visam a desagregar as alianças políticas e econômicas das potências rivais. É nessas condições de conflito mundial que se destaca a ofensiva do imperialismo sobre a Venezuela. No entanto, se espera que o aprofundamento da crise, de um lado, e os protestos da classe média e o fortalecimento eleitoral da direita, do outro, criem as condições internas para uma transferência “negociada” do poder. Há que assinalar a veracidade das tentativas de potenciar a via do golpe militar.

O imperialismo trabalha com as duas vias contrarrevolucionárias. O problema da derrubada violenta do governo de Maduro depende de criar as condições internas e externas, principalmente no âmbito da América do Sul. Setores da burguesia interna sabotam a economia para socavar o regime político e facilitar as manobras imperialistas. Por enquanto, se esperam as eleições legislativas de fins de 2015, que poderão enfraquecer mais ainda o regime e fortalecer a oposição. As novas medidas de Obama se combinam com a sabotagem interna do poder econômico e com a Oposição reacionária.

O fundamental da situação reside em que o chavismo é incapaz de tomar medidas elementares de defesa nacional: expropriação e estatização dos monopólios, liquidação do latifúndio e entrega das terras aos camponeses. Cancelamento da dívida externa. Fim das intervenções estatais nos sindicatos e da repressão ao movimento operário. Armamento geral da população. São medidas democráticas e nacionais que golpeiam as forças internas pró-imperialistas e o domínio dos Estados Unidos. Referimo-nos a essas tarefas para demonstrar que só a classe operária organizada pode combater a via contrarrevolucionária em curso. A burguesia venezuelana sempre foi e sempre será servil aos monopólios aos ditames de Washington. Os rompantes verbais e medidas diplomáticas aparentemente radicais feitas por Maduro não atingem o imperialismo norte-americano. Não fazem senão dar argumentos à Oposição de

que o chavismo é antidemocrático e desmoralizá-lo diante de sua base social de apoio, que não é convocada para um combate decisivo à contrarrevolução.

A vanguarda venezuelana tem de romper com o controle do chavismo sobre os explorados e suas organizações. Essa é a condição política para criar os comitês de base e as milícias operárias e camponeses. Organizar as massas por meio de as-

sembleias operárias e populares. O que obriga os revolucionários venezuelanos a despertar urgentemente para a construção do partido revolucionário e para a defesa de um programa de independência de classe do proletariado. Essa é a única possibilidade para superar o governo nacionalista putrefato, esmagar a oposição pró-imperialista e levantar a nação oprimida contra o intervencionismo imperialista.

Reproduzimos esse breve artigo de Lênin, publicado no Pravda, que demonstra a barbárie imperialista contra as nações oprimidas árabes. O propósito não é apenas de lembrar historicamente a intervenção sanguinária da Itália na Líbia (antiga região do Império Otomano), mas trazer à tona um acontecimento do início do século XX e colocá-lo à luz da guerra que o imperialismo trava hoje contra o Estado Islâmico. Muito se fala dos métodos bárbaros dos jihadistas, sem se recorrer ao processo histórico e às condições presentes dos combates. A Itália se diz pronta a enviar tropas para esmagar a insurgência na Líbia, como parte da guerra antiterrorista dos Estados Unidos no Oriente Médio. Certamente, os italianos “civilizados” não precisarão utilizar formas de violência como a “degola de famílias inteiras e enforcamento”, como fizeram em 1911/1912. Contam com sofisticados armamentos de destruição em massa. Mas se para vencer for necessário as degolas, o farão.

O Fim da Guerra da Itália com a Turquia

Lenin, 28 de setembro de 1912, nº 129 do Pravda

Com se sabe, pelos telegramas, os representantes da Itália e Turquia assinaram as condições prévias de paz.

Itália “venceu”. Faz um ano que se lançou a saquear as terras turcas da África e, consequentemente, Trípoli pertencerá a Itália ⁽¹⁾. É importante observar esta típica guerra colonial de um Estado “civilizado” do século XX.

A que se deveu a guerra? Deve-se à avidez dos financistas e capitalistas italianos, que necessitam de um novo mercado, favorável ao imperialismo italiano.

O que tem sido esta guerra? Uma matança humana aperfeiçoada. Civilizada, uma matança de árabes com a ajuda das armas “mais modernas”.

Os árabes fizeram uma resistência desesperada. Quando, no início da guerra, os almirantes italianos desembarcaram imprudentemente 1.200 marinheiros, os árabes atacaram e exterminaram cerca de 600 homens. “Como castigo”, foram golpeados cerca de 3.000 árabes, devastadas e degoladas famílias inteiras e assassinadas mulheres e crianças. Os ita-



lianos são uma nação civilizada, constitucional.

Cerca de 1.000 árabes foram enforcados.

As perdas dos italianos foram mais de 20 mil homens, desses, 17.429 feridos, 600 desaparecidos e 1.405 mortos.

Esta guerra custou aos italianos mais de 800 milhões de liras, isto é, mais de 320 milhões de rubros. O espantoso desemprego e o estancamento da indústria são consequências da guerra.

Morreram cerca de 14.800 árabes. Apesar da “paz”, a guerra prosseguirá de fato, pois as tribos árabes do interior do continente africano, longe da costa, não se submeteram. As “civilizarão” ainda durante muito tempo por meio das baionetas, das balas, da força, do fogo e da violação das mulheres.

Itália, naturalmente, não é melhor nem pior do que os demais países capitalistas. Todos são dirigidos da mesma maneira pela burguesia, que não se detém diante de nenhuma matança para conseguir uma nova fonte de lucros.

⁽¹⁾ Em setembro de 1911, a Itália desembarcou no Norte da África e lançou uma ofensiva contra Trípoli e Cirenaica, que faziam parte do Império Otomano. As tropas italianas derrotaram rapidamente as débéis guarnições turcas; mas a população árabe se opôs numa heroica resistência aos agressores, durante muitos meses. A guerra terminou com a vitória do imperialismo italiano.